



UNIVERSIDADE POLITÉCNICA

A POLITÉCNICA

ESCOLA SUPERIOR DE ALTOS ESTUDOS E NEGÓCIOS – ESAEN

PROGRAMA DE MESTRADO EM AUDITORIA

**IMPACTO DA FALTA DE AUDITORIA EXTERNA NAS PEQUENAS E MÉDIAS
EMPRESAS:
O CASO DA ATLANTIC GROUNG, LDA-MAPUTO**

FORTUNATO SABÃO NOVELE

MAPUTO

30/06/2024

FORTUNATO SABÃO NOVELE

IMPACTO DA FALTA DE AUDITORIA EXTERNA NAS PEQUENAS E MÉDIAS
EMPRESAS:
O CASO DA ATLANTIC GROUNG, LDA-MAPUTO

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Auditoria da Universidade Politécnica, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Auditoria.

Orientador: Prof. Doutor Mario Vicente Siteo

Maputo

30/06/2024

Declaração de autoria

Eu, Fortunato Sabão Novele, discente do curso de Auditoria na Escola Superior de Altos Estudos e Negócios, da Universidade Politécnica, em Maputo, declaro por minha honra que todas as matérias constantes do presente relatório de pesquisa são da minha autoria e constituem suporte ou fundamentação do trabalho académico da dissertação de Mestrado em Auditoria, cujo tema é:

IMPACTO DA FALTA DE AUDITORIA EXTERNA NAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS: O CASO DA ATLANTIC GROUNG, LDA- MAPUTO

Por ser verdade elaboro a presente declaração que vai por mim autenticada com a minha assinatura e anexo ao respectivo relatório de pesquisa.

Maputo, 30 de Junho de 2024

Fortunato Sabão Novele

Autor: Fortunato Sabão Novele

Título: IMPACTO DA FALTA DE AUDITORIA EXTERNA NAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS: O CASO DA ATLANTIC GROUNG, LDA- MAPUTO

Nome do Orientador: Prof. Doutor Mario Vicente Siteo

Parecer do Orientador

Prof. Doutor Mario Vicente Siteo, docente desta instituição de ensino, declara ter exercido a supervisão do trabalho de Mestrado do estudante Fortunato Sabão Novele, do curso de Auditoria, cujo tema é: **IMPACTO DA FALTA DE AUDITORIA EXTERNA NAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS: O CASO ATLANTIC GROUNG, Lda- MAPUTO.**

O trabalho apresenta uma revisão de literatura e um estudo de caso com o objectivo de analisar o impacto da falta de Auditoria Externa nas Pequenas e Médias Empresas.

Julgando que o trabalho preenche os requisitos exigidos pela Universidade Politécnica, recomendo a aceitação do mesmo, pois espelha uma investigação científica e académica do autor, sendo benéfico para o uso académico e profissional.

Maputo, 30 de Junho de 2024

O Orientador

(Prof. Doutor Mario Vicente Siteo)

Trabalho de dissertação apresentado à Universidade Politécnica como parte dos requisitos de graduação e obtenção do grau de Mestre em “Auditoria”.

Dedicatória

Este trabalho dedico a minha família pela força, paciência prestada, consolo proporcionado durante todo este tempo da formação. É dedicado também aos meus pais pela sábia instrução útil nos primeiros momentos da minha formação, ou seja, por ter dito sabedoria de matricular nas primeiras classes escolares.

Agradecimentos

A concretização deste trabalho de fim do curso de mestrado em Auditoria deve-se directa e indirectamente às pessoas que disponibilizaram a sua atenção e tempo para o tornar concreto.

À minha querida esposa, Alexandrina Novele, pelo apoio incondicional que me prestou durante o percurso de formação até à data.

Ao revisor do trabalho, Dr. Óscar Fumo. A sua disponibilidade no processo de revisão do trabalho foi muito fundamental.

Aos Prof. Doutor Mario Vicente Siteo e Dr. Emílio Mabalene, cuja intervenção, orientação e estímulo durante a concretização deste trabalho do fim de curso foram determinantes.

Os meus agradecimentos estendem-se aos colegas de formação e amigos, pela especial atenção dedicada a este trabalho, proporcionando a sua conclusão.

Os agradecimentos vão também à ESAEN- Escola Superior de Altos Estudo e Negócio, pelas contribuições acertadas, perseverança e assertividade durante a frequência do Mestrado em Auditoria.

Aos professores do curso de Auditoria, 90% dos quais portugueses, o meu muito obrigado, por proporcionar formação, informações validas e construtivas durante as aulas.

À OCAM-Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique, também muito obrigado pela organização conjunta com a ESAEN deste Mestrado.

Muito obrigado a todos.

RESUMO

Autor: Fortunato Sabão Novele

Grau Académico: Mestrado em Auditoria

Título: IMPACTO DA FALTA DE AUDITORIA EXTERNA NAS PEQUENAS
E MÉDIAS EMPRESAS: O caso da Atlantic Group, Lda- Maputo

Universidade: Universidade Politécnica

Faculdade: Escola Superior de Altos Estudos e Negócios

Supervisor da proposta: Prof. Doutor Mario Vicente Siteo

Data: 30 / 06/ 2024

INDICE

DECLARAÇÃO DE AUTORIA	1
DEDICATÓRIA	3
AGRADECIMENTOS	4
RESUMO	8
ABSTRACT	9
1 CAPÍTULO I: ASPECTOS INTRODUTÓRIOS	10
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	10
1.2 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA E PERGUNTA DE PESQUISA	10
1.3 HIPÓTESES.....	12
1.4 OBJECTIVOS DA PESQUISA	12
1.4.1 Objectivo geral	12
1.4.2 Objectivos específicos	12
1.5 JUSTIFICATIVA DO TEMA	12
1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	13
2 CAPÍTULO II: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	14
2.1 DEFINIÇÕES.....	14
2.1.1 Auditoria.....	14
2.2 AUDITORES EXTERNO	15
2.3 AUDITORIA EXTERNA.....	18
2.4 AUDITORIA INTERNA.....	20
2.5 LIMITAÇÕES DA AUDITORIA EXTERNO.....	23
2.6 IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA EXTERNA	25
3 CAPÍTULO III: AUDITORIA EXTERNA EM MOÇAMBIQUE	29
3.1 AUDITORIA EXTERNA EM MOÇAMBIQUE.....	29
3.2 PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS EM MOÇAMBIQUE E AUDITORIA EXTERNA	30
4 CAPÍTULO IV: METODOLOGIA	33
4.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA QUANTO À ABORDAGEM.....	33
4.2 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA QUANTO À NATUREZA	34
4.3 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA QUANTO AOS OBJECTIVOS	34
4.4 PROCEDIMENTO PARA RECOLHA DE DADOS.....	34
4.5 O CASO DE ESTUDO: ATLANTIC GROUNG, LDA-MAPUTO.....	35

4.6	A RECOLHA DE DADOS	35
5	CAPÍTULO V: ANÁLISE DE DADOS.....	37
5.1	AS CATEGORIAS DE ANÁLISE	37
5.2	IMPACTO DA FALTA DE AUDITORIA EXTERNA NAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS: A PERSPECTIVA DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA	38
5.3	ASPECTOS ORGANIZACIONAIS OU ESTRUTURAIS CONDICIONANTES DA REALIZAÇÃO DE AUDITORIAS EXTERNA NAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS	43
5.4	DISCUSSÃO DE RESULTADOS	45
6	CAPÍTULO VI: CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E LIMITAÇÕES	48
	NESTA SECÇÃO DO TRABALHO, APRESENTAMOS AS PRINCIPAIS CONCLUSÕES DA PESQUISA E, NA SEQUÊNCIA, ALGUMAS RECOMENDAÇÕES QUE ACREDITAMOS QUE POSSAM SUBSIDIAR A EMPRESA ATANTIC GROUNG, LDA, CASO DE ESTUDO, COMO TAMBÉM OUTRAS EMPRESAS DE DIMENSÃO PEQUENA E MÉDIA. NO FIM, APRESENTAMOS AS LIMITAÇÕES DO ESTUDO.....	48
6.1	CONCLUSÕES.....	49
6.2	RECOMENDAÇÕES	51
6.3	LIMITAÇÕES DO ESTUDO.....	52
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54
8	AGRADECIMENTOS, GARANTIAS DE SEGURANÇA, CONFIDENCIALIDADE E RETORNO	59

RESUMO

A presente dissertação aborda o impacto da Auditoria Externa nas Pequenas e Médias Empresas e toma como caso de estudo a empresa Atlantic Group Lda-Maputo. O problema da pesquisa parte da constatação de que, em Moçambique, a realização de Auditorias Externa em Pequeno e Médio Empresas porte é ainda uma prática pouco comum, podendo-se levantar varias razões, como sejam a capacidade organizacional e financeira para as empresas suportarem a contratação e realização de Auditorias Externa; a possibilidade de muitos agentes empresariais proprietários de empresas de dimensão pequena e média não reconhecerem importância imediatos resultantes das Auditorias Externa bem como a percepção errónea ainda existente sobre a real função das Auditorias Externa. Partindo desses pressupostos, definiu-se como questão de pesquisa, procurar saber a consequência da realização de Auditorias Externas para as Pequenas e Médias Empresas. Em face disso, a pesquisa tem como objectivo analisar porque é que esse seguimento de empresas não realiza Auditorias Externa e reflectir sobre os resultados decorrentes da falta de Auditorias Externas. Em termos metodológicos, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa (Gerhardt e Silveira, 2009) e por ser um estudo de caso (Hussey e Hussey,1997), seguindo uma abordagem aplicada e exploratória. Os resultados da pesquisa sugerem que, embora exista consciência e conhecimento sobre o papel da Auditoria Externa, a empresa investigada, em particular, e as Pequenas e Médias Empresas, no geral, não realizam Auditorias Externa, muito provavelmente devido aos custos inerentes e à inexistência de uma ambiente e mecanismos que crie obrigatoriedade. A falta de Auditoria Externa afecta a organização e excelência dos processos operacionais das empresas, o que resulta na sua ineficácia operativa e, no maior extremo, na sua insolvência e inactividade. Afecta, por extensão, a economia nacional, dado que as PMEs representam uma percentagem e um potencial bastante significativo.

Palavras-chave: Auditoria Externa, Pequenas e Médias Empresas, Relatório de Auditoria Externa, Atlantic Group, Lda.

ABSTRACT

This dissertation addresses the impacts of auditing on small and medium-sized companies and takes the company Atlantic Group Lda-Maputo as a case study. The research problem is based on the observation that, in Mozambique, carrying out audits in small and medium-sized companies is still an uncommon practice, and different reasons can be suggested, such as the organizational and financial capacity for companies to support the hiring and carrying out audits; the possibility that many business agents who own small and medium-sized companies do not recognize immediate impacts resulting from audits; as well as the erroneous perception that still exists about the real function of audits. Based on these assumptions, the research question was defined as seeking to find out what impacts carrying out external audits has for small and medium-sized companies. In view of this, the research aims to analyze why this segment of companies does not carry out audits and reflect on the results resulting from the lack of audits. In methodological terms, the research is characterized as qualitative (Gerhardt and Silveira, 2009) and as a case study (Hussey and Hussey, 1997), following an applied and exploratory approach. The research results suggest that, although there is awareness and knowledge about the role of Auditing, the company investigated, in particular, and Small and Medium-sized Companies, in general, do not carry out audits, most likely due to the inherent costs and the lack of a environment and mechanisms that create obligations. The lack of auditing affects the organization and excellence of companies' operational processes, which results in their operational inefficiency and, at the greatest extreme, in their insolvency and inactivity. It affects, by extension, the national economy, given that SMBs represent a very significant percentage and potential.

Key-words: External Audit, Small and Medium Businesses, Audit Report, Atlantic Group, Lda.

1 CAPÍTULO I: ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

Neste capítulo, faz-se a contextualização da pesquisa e apresentação do seu desenho, nomeadamente, o problema de partida, os objectivos geral e específicos, as hipóteses de trabalho, a justificativa e a estrutura do trabalho. Pretende-se que o capítulo forneça uma visão geral do projecto da pesquisa.

1.1 Contextualização

O objecto desta pesquisa é a Auditoria externa, um termo geralmente referindo-se a uma Auditoria financeira, que é um conjunto de procedimentos realizados por contabilistas de uma firma de contabilidade pública certificada (CPA) (Mooney, 2008:49) para "verificar se as atividades e seus resultados estão em conformidade com requisitos especificados e objetivos planejados." (Ramal, 2011:166). A pesquisa enfoca as empresas nas pequenas e médias empresas.

A Auditoria Externa é um exame às demonstrações financeiras com o objectivo de expressar uma opinião sobre a razoabilidade da informação nelas contidas. A informação expressa declara se as demonstrações financeiras preparadas e apresentadas encontram-se verdadeiramente apropriadas segundo os princípios geralmente aceite e normas contabilísticas. Em tempos, já havia indícios de que povos antigos exerciam actividades parecidas. O início do seu crescimento deu-se com a Revolução Industrial, onde surgiu a necessidade de controlar junto com a expansão económica e a implantação do sistema capitalista, destacando sempre os principais factos históricos do seu desenvolvimento e quais foram as leis que regulamentaram a profissão. Foi utilizado como base da pesquisa o método de pesquisa bibliográfica, que toma como fonte matérias já impressas e publicadas, descartando alguns artigos por motivo de insuficiência de informações. O objectivo é demonstrar como se deu início a actividade da Auditoria, citando os principais factos históricos que contribuíram para o desenvolvimento, entendendo a sua importância na história e que está em constante desenvolvimento.

1.2 Definição do problema e pergunta de pesquisa

Em Moçambique, de acordo com Kaufmann (2020), as Pequenas e Médias Empresas (PMEs) representam cerca de 98% do número total de empresas registadas no país e empregam 24.1% da força de trabalho formal total. As microempresas constituem 79%, as pequenas a 9,6% e as médias

empresas a 9,1%. O volume de negócios deste segmento de empresas é 33,4% (131.572 milhões) e elas actuam nas mais diversas áreas relevantes para o desenvolvimento do país, quais sejam comércio (55,2%), hotelaria (21,4%) e manufactura (9,9%), agricultura (2,8%), construção civil (0,8%), transporte e comunicações 1,4%.

No entanto, apesar do seu potencial para o crescimento da economia nacional, a contribuição das Pequenas e Médias Empresas para o Produto Interno Bruto do País (PIB) ainda é considerada baixa, sendo de destacar entre as causas, a falta de cumprimento de obrigações fiscais, o baixo volume anual de negócios, dificuldades operacionais de várias ordens que culminam com insolvências e inactividade.

As Pequenas e Médias Empresas não realizam as Auditorias Externas por falta de conhecimento de que Auditoria é instrumento muito importante no processo de auxílio à administração das organizações públicas ou privadas e uma boa gestão e boas práticas de gestão empresarial, por outro lado há reclamação de custos altos inerentes às Auditorias Externas, no entanto inibe a contratação dos Auditores Externos.

Entre os mecanismos considerados relevantes para garantir que as Pequenas e Médias Empresas se organizem melhor e atinjam níveis operacionais de excelência, está a Auditoria, compreendida enquanto ferramenta de apoio ao diagnóstico e orientação das entidades empresariais na sua actuação. Contudo, diversa pesquisa (Cumbe, 2016; Come, 2018) aponta que muitas empresas, em Moçambique, com destaque para as Pequenas e Médias Empresas, não realizam Auditorias Externas regulares. Porque as Pequenas e Médias Empresas não realizam as Auditorias Externas por falta de conhecimento de que Auditoria é instrumento muito importante fundamental para auxílio de uma boa gestão e boas práticas de gestão empresarial, por outro lado há reclamação de custos altos inerentes às Auditorias Externas, no entanto inibe a contratação dos Auditores Externos.

Portanto, assumindo estas constatações como pressupostos, formulámos a seguinte questão de investigação: Qual é o impacto da falta de Auditoria Externa nas Pequenas e Médias Empresas?

1.3 Hipóteses

- **H0.** A falta da legislação que obriga a apresentação das demonstrações financeiras contribuem para exclusão da Auditoria Externa nas Pequenas e Médias Empresas, como forma de poupar os recursos financeiros;
- **H1.** A falta da legislação que obriga a apresentação das demonstrações financeiras não contribuem para exclusão da Auditoria Externa nas Pequenas e Médias Empresas como forma de poupar os recursos financeiro.

1.4 Objectivos da Pesquisa

A presente pesquisa pretende responder a um objectivo geral e a três objectivos específicos, conforme a seguir:

1.4.1 Objectivo geral

- Analisar o impacto da falta de realização da Auditoria Externa nas Pequenas e Médias Empresas, tomando como caso de estudo a empresa Atlantic Group, Lda no período de 2021 e 2022.

1.4.2 Objectivos específicos

- Identificar o papel da Auditoria Externa nas instituições;
- Descrever o perfil empresarial das Pequenas e Médias Empresas em Moçambique;
- Analisar sobre as consequências da falta de Auditorias Externa nas Pequenas e Médias Empresas.

1.5 Justificativa do tema

A presente pesquisa sobre Auditoria Externa nas Pequenas e Médias Empresas ocorrerá na cidade de Maputo no período entre 2021 e 2022, e tomará como caso de estudo a Empresa Atlantic Group Lda-Maputo. Sendo contabilista de profissão, tendo algumas Pequenas e Médias Empresas como meus clientes verifiquei que todas elas não têm feito as Auditorias Externa. As que tenho feito prestação de serviços tem um denominador comum como alegações, os valores altos cobrados pelas firmas de Auditores Externe.

Esta pesquisa após ser concluída contribuirá para compreender as razões fundamentais para a falta de Auditoria Externa nas Pequenas e Médias Empresas e, assim, perspectivar-se formas de envolver esse seguimento de empresas nas práticas de Auditoria Externa.

1.6 Estrutura do Trabalho

A dissertação foi dividida em seis capítulos, nomeadamente. O Capítulo I desta dissertação é referente à introdução deste trabalho de pesquisa. Procura fazer o enquadramento geral do desenho da pesquisa, fornecendo informação sobre a contextualização, o problema e pergunta de pesquisa, hipóteses, os objectivos gerais e específicos de investigação e justificativa do tema.

O Capítulo II é referente à revisão da literatura. apresenta os conceitos-chave do tema, quais sejam: História da auditoria, Auditoria Externa, Auditoria Interna, limitações da auditoria, importância da Auditoria.

O Capítulo III é intitulado Auditoria em Moçambique. Trata, fundamentalmente, das práticas de Auditoria Externa no país, fazendo referência aos instrumentos legais e ao ambiente criado para a realização deste exercício.

O Capítulo IV é de Metodologia da Pesquisa. Nele, apresentam-se as opções metodológicas tomadas para a concretização da pesquisa, enfocando-se a natureza da pesquisa, os métodos e técnicas de recolha de dados e os aspectos éticos.

No Capítulo V, de análise de dados, são referidos os procedimentos e critérios para processar os dados recolhidos, colocando-se em destaque as categorias de análise definidas e o tipo de análise escolhido. Na sequência, analisam-se e discutem-se os dados.

O Capítulo VI é referente às conclusões, recomendações e limitações do estudo.

A última parte do trabalho é composta pelas referências bibliográficas, os anexos e apêndices.

2 CAPÍTULO II: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste capítulo, pretende-se apresentar e discutir os conceitos-chave envolvidos no problema da dissertação, nomeadamente Auditoria Externa, Auditores, Categorias de Auditorias, Relatório de Auditoria, a sua importância e limitações. É um capítulo fundamentalmente teórico, cuja abordagem baseia-se na revisão de literatura de autores de referência na área. O que se pretende é tornar explícitos os conceitos operacionais que fundamentam a pesquisa.

2.1 Definições

2.1.1 Auditoria

“Sabemos, a partir das pesquisas de Lopes Sá (1993, p. 19), que a auditoria veio da Suméria e existem evidências seguras da época. Trata-se do ano 2600 a.C., fato que com alguma diferença de localização da data é, indiretamente, confirmado por Domenico Masi no livro *Ócio Criativo* (2001).” (Cruz, 2012:139-140) “Nesta última fonte, podemos obter a informação de que foi nesta época que foi descoberto o eixo, fabricaram-se as primeiras rodas e com o auxílio da astronomia obteve-se condições propícias para o comércio de longa distância. Podemos perceber o relacionamento com os desconhecidos e as conseqüentes diferenças culturais estimularam o surgimento da auditoria.” (Cruz, 2012:140) “Os escândalos comerciais do início dos anos 2000 reforçaram o importante papel que os auditores desempenham na garantia da integridade das demonstrações contábeis.” (Albrecht, Stice & Stice, 2008:45)

Auditoria é um termo geralmente referindo-se a uma auditoria financeira, que é um conjunto de procedimentos realizados por contadores de uma firma de contabilidade pública certificada (CPA). (Mooney, 2008:49) Hanson (apud LOPES SÁ, 1993, p. 20), como professor da Universidade de Havard, conceitua a auditoria da seguinte forma: o exame de todas as anotações contábeis, a fim de comprovar sua exatidão, assim como a veracidade dos estados ou situações que as ditas anotações produzem. (Cruz, 2012:140)

Relatório de Auditoria é uma carta assinada pelo auditor de uma empresa, incluída no relatório anual, que declara se as demonstrações financeiras apresentam ou não os resultados das operações e a posição financeira da empresa. (Mooney, 2008:51)

Análise externa do ambiente (Chiavenato, 2003:237) ou Auditoria externa é a auditoria financeira que fornece aos auditores a garantia de que as demonstrações financeiras representam

adequadamente o status e o desempenho reais da entidade. (Mooney, 2008:220) Para Almeida (2007:38), Auditoria Externa das demonstrações contabilísticas, é aquela que examina as demonstrações contabilísticas de uma organização e emite sua opinião sobre estas, o que a tornou fundamental, vista como uma medida de segurança, na opinião dos investidores, que passaram a exigir que as demonstrações contabilísticas fossem examinadas por um profissional independente da organização e de reconhecida capacidade técnica. (Mucheca, 2014:28)

Análise interna da empresa (Chiavenato, 2003:237) ou Auditoria Interna é uma área funcional de uma grande organização que tem a responsabilidade de monitorar os controles internos e avaliar a eficiência e a eficácia das operações. (Mooney, 2008:298). De acordo com Mucheca (2014:28), citado por Sá (2007:41), a auditoria interna é aquela em que a verificação dos factos é realizada por funcionários da própria empresa, constituindo um serviço, uma secção ou um departamento, a intervenção ou censura.

Auditoria pós-investimento é o processo de coleta de informações sobre os resultados reais de um projeto real e compará-los com os resultados esperados. (Barfield, Raiborn & Kinney, 1994: G11)

2.2 Auditores Externos

Auditores Externo são contabilistas profissionais, cuja função principal é preparar um relatório para os acionistas, declarando se, em sua opinião, as demonstrações financeiras de uma empresa mostram uma visão verdadeira e justa da posição financeira e do desempenho. (Atrill & McLaney, 2006:457) Auditor é o “profissional que verifica se as atividades e seus resultados estão em conformidade com requisitos especificados e objetivos planejados.” (Ramal, 2011:166)

Uma vez que o objetivo organizacional foi atingido o projecto está concluído, mas há uma etapa final que deve ser tomada, que é a de auditoria, com o objectivo é aprender algo com o que se acabou de fazer. Algumas perguntas podem ser feitas na auditoria como as seguintes: O que foi feito bem? O que deve ser melhorado? O que mais aprendemos? Sempre pode-se melhorar o feito. No entanto, perguntar “O que fizemos de errado?” provavelmente tornará as pessoas um pouco defensivas, sendo assim, o foco deve estar na melhoria, não em colocar a culpa. (Heagney, 2011:17) “Os auditores são nomeados para fornecer uma opinião independente sobre se a demonstração financeira mostra uma visão justa.” (Atrill & McLaney, 2006:134) Há vários tipos de auditoria e neste trabalho está em causa a Auditoria Contabilística que “compreende o exame dos registos e documentos e na coleta de informações e confirmações, mediante procedimentos

específicos, pertinentes ao controle do patrimônio de uma unidade, entidade ou projeto. As auditorias objetivam obter elementos comprobatórios suficientes que permitam opinar se os registros contábeis foram efetuados de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade, e se as demonstrações deles originárias refletem, adequadamente, em seus aspectos mais relevantes, a situação econômico-financeira do patrimônio, os resultados do período administrativo examinado e as demais situações nelas demonstradas. Tem por objeto, também, verificar a efetividade e a aplicação de recursos externos, oriundos de agentes financeiros e organismos internacionais, por unidades ou entidades públicas executoras de projetos celebrados com aqueles organismos com vistas a emitir opinião sobre a adequação e fidedignidade das demonstrações financeiras.” (Cruz, 2012:157) “É preciso manter os livros em dia, pois eles são objeto de fiscalização por auditores e fiscais de órgãos do Governo, que podem visitar a empresa quando desejarem.” (Ramal, 2011:105) Segundo Bruni & Gomes (2010:66), citado por BOYTON; JOHNSON; KELL (2002), “auditores independentes e órgãos reguladores podem trazer informações úteis para os controles, mas não têm responsabilidade por sua eficácia.”

A auditoria é executada por contadores formados em curso superior e complementarmente por profissionais de outras áreas de conhecimento. Admitimos, portanto, fora do referido cadastramento, que outras profissões pratiquem a auditoria. É recomendável a existência de uma equipe que seja comandada por um auditor independente ou, no mínimo, por um contador formado em nível de ensino superior, dessa forma, são prevenidos vexames jurídicos e decepções na validação técnica internacional. (Cruz, 2012:163)

Os acionistas devem escolher uma pessoa qualificada e independente ou, mais comumente, uma empresa para atuar como auditores. O dever principal dos auditores é fazer um relatório sobre se, em sua opinião, as demonstrações financeiras mostram uma visão justa do desempenho financeiro, posição e fluxos de caixa da empresa, cumprindo com as regras contábeis relevantes. Para estar em posição de formar tal opinião, os auditores devem examinar as demonstrações financeiras anuais (preparadas pelos diretores) e as evidências nas quais elas se baseiam. A opinião dos auditores deve ser incluída nas declarações contábeis enviadas aos acionistas. (Atrill & McLaney, 2006:128) O relatório de auditoria tem uma redação consistente e pode emitir uma opinião sobre a qualidade dos números nas demonstrações financeiras, ou pode indicar que o auditor não pode dar uma opinião por algum motivo. (Mooney, 2008:51)

A relação entre os acionistas, os diretores e os auditores mostra que os acionistas elegem os conselheiros para agir em seu nome, no dia a dia da empresa. “Os diretores são nomeados pelos acionistas para administrar a companhia em nome dos acionistas. Os conselheiros são obrigados a informar anualmente aos acionistas, principalmente por meio de demonstrações financeiras, sobre o desempenho e a posição da empresa. (Atrill & McLaney, 2006:129) Os diretores são obrigados a "prestar contas" aos acionistas sobre o desempenho, posição e fluxos de caixa da empresa, em uma base anual. (Atrill & McLaney, 2006:128) Os acionistas também elegem auditores, cuja função é dar aos acionistas uma impressão de até que ponto as demonstrações contábilísticas (preparadas pelos diretores) podem ser consideradas confiáveis. (Atrill & McLaney, 2006:128) “Para dar maior credibilidade às demonstrações financeiras, os acionistas também designam auditores para investigar as declarações e para expressar uma opinião sobre sua confiabilidade.” (Atrill & McLaney, 2006:129) “Há sempre o medo de auditoria ou prestação de contas, que atua como uma restrição no desempenho.” (Rai Technology University, pg. 9) Ninguém gosta de ser auditado. Uma auditoria foi projetada para detectar pessoas fazendo coisas que elas não deveriam ter feito para que possam ser penalizadas de alguma forma. Se se for auditar pessoas, elas vão esconder qualquer coisa que elas não queiram que se saiba, e são essas mesmas coisas que podem ajudar a empresa a aprender e crescer. (Heagney, 2011:120) “Os auditores devem ser mais vigorosos na detecção e divulgação de atividades fraudulentas.” (Collins, 2012:639) “O auditor deve revisar as demonstrações contábeis para garantir que sejam precisas, razoáveis e de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos. Por fim, as demonstrações contábilísticas são distribuídas aos usuários externos que as analisam para conhecer melhor a condição financeira da empresa.” (Albrecht, Stice & Stice, 2008:138) “Os auditores devem executar as responsabilidades de detecção de fraude das quais as partes interessadas e o público dependem.” (Collins, 2012:639) “Uma Auditoria Externa envolve um exame e verificação de registros e documentos de suporte. Uma auditoria de orçamento fornece informações sobre onde a organização está com relação ao que foi planejado ou orçado.” (Carpenter, 2012:31) As Auditorias Externas são realizadas por empresas certificadas de contabilidade pública. (Albrecht, Stice & Stice, 2008:195) “As empresas de Contabilidade Pública Certificada também são contratadas para realizar auditorias independentes das demonstrações financeiras de uma empresa.” (Albrecht, Stice & Stice, 2008:13). Os Auditores Externos ganham confiança na

qualidade do processo de relato usando vários processos diferentes: entrevistas, observação, amostragem, confirmação e procedimentos analíticos. Enquanto os auditores internos apenas não utilizam as etapas de confirmação e procedimentos analíticos (Albrecht, Stice & Stice, 2008:196) e inclusive avaliam controles internos, monitoram resultados operacionais, garantem a conformidade com as leis e a política da empresa, e detectam fraude. (Albrecht, Stice & Stice, 2008:201)

2.3 Auditoria Externa

Usar uma equipe de Auditoria Externa traz objetividade, além de uma nova perspectiva. (Carpenter, 2012:186) Uma empresa de consultoria em auditoria representa antigo departamento ou unidades organizacionais terceirizados para reduzir a estrutura organizacional e dotar a organização de maior agilidade e flexibilidade. (Chiavenato, 2003:585) Os proprietários e administradores de uma empresa têm um incentivo para relatar os resultados mais favoráveis possíveis. O fraco desempenho financeiro reportado pode dificultar a obtenção de empréstimos, reduzir o valor que os gerentes recebem como bônus salariais e baixar o preço das ações quando as ações são emitidas ao público. Com esses incentivos para estender a verdade, as demonstrações financeiras não seriam confiáveis, a menos que fossem analisadas por uma parte externa. Para fornecer essa análise externa, as demonstrações financeiras de uma empresa são frequentemente auditadas por um contabilístico público certificado independente. A empresa do contabilista público certificado emite um relatório de Auditoria Externa que expressa uma opinião sobre se as declarações apresentam de forma justa a posição financeira, os resultados operacionais e os fluxos de caixa de uma empresa de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos. (Albrecht, Stice & Stice, 2008:45) Uma Auditoria independente é uma atividade complicada que muitas vezes requer dezenas de Contabilistas Públicos Certificados experientes durante muitos meses para ser concluída. (Hoyle & Skender, 2012:284)

“A Auditoria Externa tem como finalidade assegurar que as informações presentes nas demonstrações financeiras reflectam a realidade de todos os aspectos materialmente relevantes das operações da organização e garantir a transparência em seus actos, como forma de transmitir confiança a nível interno como externo da organização.” (Mucheca, 2014:28)

“O auditor externo, ou independente, além da sua opinião ou parecer sobre as demonstrações contabilísticas, passou a emitir um relatório comentário, no qual apresenta sugestões para

solucionar os problemas da empresa, que chegaram a seu conhecimento no curso normal de seu trabalho de auditoria.” (Mucheca, 2014:29) A Auditoria Externa assegura que as demonstrações financeiras apresentem de forma justa a posição financeira de uma empresa, os resultados de suas operações e seus fluxos de caixa. As empresas independentes de contabilidade pública conduzem auditorias usando padrões de auditoria geralmente aceitos e emitem um relatório de Auditoria no final da auditoria. (Albrecht, Stice & Stice, 2008:44)

“Como resultado de procedimentos aplicados em uma auditoria de demonstrações contábeis, um Auditor externo pode descobrir deficiências nos controles internos, principalmente naqueles relacionados com a elaboração e apresentação de relatórios financeiros, e naqueles relacionados com a obediência a leis e regulamentos.” (Bruni & Gomes, 2010:70)

Auditoria Externa examina as demonstrações financeiras de uma organização para determinar se são preparadas e apresentadas de acordo com as normas e estão livres de distorção relevante (significativa). Eles também emitem opiniões sobre a confiabilidade dos controles internos de uma organização. (Albrecht, Stice & Stice, 2008:195)

“Os Auditores Externos geralmente estudam o sistema de controle interno para ver se podem confiar nele enquanto realizam suas auditorias e emitem sua própria opinião independente sobre a adequação dos controles internos. Se o sistema de controle interno estiver funcionando corretamente, aumentará a probabilidade de que as informações financeiras resultantes sejam confiáveis.” (Albrecht, Stice & Stice, 2008:196) Segundo Mucheca (2014:28), citado por Oliveira (2006: 69), “os Auditores Externos avaliam a qualidade e a eficiência do trabalho dos auditores internos, levando em conta a conformidade dos resultados desse trabalho, a adequação dos programas de auditoria e a qualidade da documentação. Eles podem, ainda, solicitar a assistência directa dos auditores internos.”

Na realização de auditorias, as empresas de contabilistas públicos certificados são exigidas, pelas normas de Auditoria geralmente aceitas, que fornece uma garantia razoável de que não há fraude ou distorção relevante presente nas demonstrações financeiras. (Albrecht, Stice & Stice, 2008:195)

Embora as empresas de contabilidade pública ofereçam serviços de consultoria e fiscais, a marca da profissão é realizar Auditorias Externa: o contador público examina as demonstrações financeiras de uma empresa e envia uma opinião sobre se elas foram preparadas de acordo com as normas. Esse "selo de aprovação" proporciona ao público investidor a confiança de que os relatórios financeiros de uma empresa são precisos. (Collins, 2012:640) Contabilistas privados

também realizam auditorias internas, para garantir que os registos contabilísticos são precisos, as políticas da empresa aderidas, os ativos salvaguardados e as operações realizadas com eficiência. (Collins, 2012:641)

“O conhecimento sério do processo de auditoria é melhor alcançado através de cursos universitários de nível superior, bem como através de anos de experiência prática. No entanto, uma compreensão geral do processo é importante devido à sua relevância para quase todas as empresas, bem como para investidores e credores.” (Hoyle & Skender, 2012:284)

De acordo com Mucheca (2014:28), mencionado por Almeida (2003:64), “os controlos contabilísticos são essenciais na verificação do auditor, mas que, evidentemente, qualquer controlo administrativo também deve ser verificado se assim se fizer necessário, o que deixa claro a extensão dos trabalhos de auditoria em toda a organização.” E ainda segundo Mucheca (2014:29), citado por Almeida (2007:29), “o auditor externo passava um período muito curto na empresa e seu trabalho estava totalmente direcionado para o exame das demonstrações contabilísticas e para atender a administração da empresa seria necessária uma auditoria mais periódica, com maior grau de profundidade e visando também as outras áreas não relacionadas com contabilidade. Daí ter surgido o auditor interno como ramificação da profissão de auditor externo.”

2.4 Auditoria Interna

Uma das responsabilidades do Diretor Financeiro nas organizações, é realizar a auditoria interna, que inclui a revisão e análise de registos financeiros e outros, para atestar a integridade dos relatórios financeiros da organização e a adesão a suas políticas e procedimentos. (Horngren, Datar & Rajan, 2012:13) O diretor financeiro supervisiona todo o pessoal contabilístico e financeiro, incluindo o controlador, o tesoureiro e o auditor interno.” (Heisinger & Hoyle, 2012:22) O auditor interno reporta-se ao diretor financeiro e é responsável por confirmar que a empresa possui controles que garantam dados financeiros precisos, e geralmente verifica as informações financeiras fornecidas pelos contadores gerenciais, financeiros e fiscais (todos os quais se reportam ao controlador e, finalmente, ao diretor financeiro. Se surgirem conflitos com o diretor financeiro, um auditor interno pode se reportar diretamente ao conselho de administração ou ao comitê de auditoria, que é composto por membros selecionados do conselho. (Heisinger & Hoyle, 2012:21) De acordo com Mucheca (2014:29), citado por Pinheiro (2010:56), “a missão de auditoria interna é apoiar o conselho de administração da empresa, o comitê de auditoria e os órgãos de gestão das

empresas associadas, no cumprimento das suas responsabilidades, a manutenção de um controlo interno que assegure: (i) salvaguardar os activos do grupo, (ii) a integridade e fiabilidade da gestão do sistema de informação, (iii) a observância das leis, regulamentos e normas aplicáveis, (iv) a eficácia e eficiência das operações e (v) o acompanhamento dos objectivos globais do grupo.” Daí que segundo Mucheca (2014:30), citado por Morais & Martins (2007:38), afirma “que para a elaboração de um programa de auditoria é essencial efectuar uma avaliação do controlo interno, para o auditor conhecer, rever e avaliar o sistema de controlo interno a fim de determinar o grau de confiança dos registos contabilísticos e respectiva documentação de suporte.” “Os auditores internos são responsáveis por avaliar a eficácia dos controles internos.” (Heisinger & Hoyle, 2012:23)

“As actividades exercidas pela auditoria interna são de extrema importância para fornecer à administração da organização avaliações contínuas sobre os processos de gestão, assegurar a integridade dos sistemas de controlo interno, e auxiliar o Comité de Auditoria a exercer sua função de supervisionar o processo de preparação e divulgação dos relatórios financeiros. De acordo com Morais & Martins (2007:99) a Auditoria Interna deve depender do órgão de gestão posicionado ao mais alto nível, com autoridade suficiente dentro da entidade.” (Mucheca, 2014:30)

De acordo com Mucheca (2014:30), citado por Oliveira (2006:69), a auditoria interna deverá ter, na empresa, um enquadramento adequado de forma a permitir que os auditores desempenhem com objectividade e independência as suas actividades.”

Para um bom desempenho, na abordagem de Pinheiro (2010:51), o responsável da Auditoria Interna deverá obter, dos órgãos de gestão/administração da empresa, a definição em documento formal, dos objectivos, responsabilidades e autoridade da função. Pois, a existência de auditoria interna dentro de uma organização, constitui um suporte poderoso da gestão na resposta às suas responsabilidades básicas de supervisão, salvaguardar dos activos, fiabilidade dos registos financeiros e eficiência das operações. (Mucheca, 2014:31)

“A maioria das grandes organizações possui uma equipe de auditores internos, um grupo independente de especialistas em controles, contabilidade e operações. Esse grupo monitora os resultados operacionais e os registos financeiros, avalia os controles internos, ajuda a aumentar a eficiência e a eficácia das operações e até mesmo detecta fraudes. O gerente de auditoria se reporta diretamente ao presidente (ou outro executivo de alto nível) e ao comitê de auditoria do conselho de administração. Ao realizar avaliações independentes dos controles internos de uma organização,

os auditores internos ajudam a preservar a integridade no processo de geração de relatórios. Os funcionários que sabem que os auditores internos estão revisando operações e relatórios têm menor probabilidade de manipular registros e, se o fizerem, suas ações podem ser descobertas.” (Albrecht, Stice & Stice, 2008:195)

As responsabilidades dos auditores internos variam consideravelmente, dependendo da organização. Algumas equipes de auditoria interna consistem em apenas um ou dois funcionários que passam a maior parte do tempo realizando revisões de registros financeiros ou controles internos. Em grandes organizações, a equipe de auditoria interna pode incluir mais de 100 indivíduos que pesquisam e investigam fraudes, trabalham para melhorar a eficiência e a eficácia operacional e garantem que sua organização esteja cumprindo várias leis e regulamentações. (Albrecht, Stice & Stice, 2008:195) “As grandes empresas geralmente têm uma equipe de auditores internos que revisa o sistema interno de controle da empresa para determinar se está funcionando adequadamente e se os procedimentos estão sendo seguidos. Em empresas menores, proprietários e gerentes conduzem essas avaliações.” (Needles, Powers & Crosson, 2011:323)

As organizações que têm um grupo competente de auditores internos geralmente têm menos problemas de relatórios financeiros do que as organizações que não têm auditores internos. (Albrecht, Stice & Stice, 2008:195) “O auditor interno geralmente se reporta independentemente ao conselho de administração e / ou ao comitê de auditoria (composto por membros selecionados do conselho de administração.” (Heisinger & Hoyle, 2012:20)

“Embora a administração tenha a responsabilidade primária de preparar as demonstrações financeiras e assegurar que o sistema de controle interno esteja funcionando adequadamente, os auditores internos fornecem uma avaliação independente de quão bem os controles estão funcionando.” (Albrecht, Stice & Stice, 2008:196)

O controle pode ser realizado por vários funcionários (gestor, líder, supervisor, gerente) inclusive por um auditor. (Ramal, 2011:19) “Os auditores internos devem, periodicamente, examinar e avaliar a adequação dos controles internos e fazer recomendações para aperfeiçoamentos.” (Bruni & Gomes, 2010:66)

Segundo Bruni & Gomes, 2010:66, citado por ATTIE (1998), um elemento importante em qualquer plano de organização é a independência da função de auditoria interna, que requer uma separação das demais funções, de tal forma que os registros existentes dentro do departamento da função de auditoria sirvam como controles das atividades dentro dele.

De acordo com Mucheca (2014:28), citado por Sá (2007:41), a auditoria interna precisa de autonomia para a execução de suas tarefas, podendo interferir em todos os sectores, porém, sem se subordinar a linhas de autoridade que venham a ferir as suas possibilidades de indagação.

De acordo com o Manual de boas práticas de Auditoria Interna da Comunidade de Prática de Auditoria Interna, geralmente fornece dois serviços principais: serviços de avaliação (serviços de auditoria) ou consultoria (assessoria). A estrutura e a abordagem dos dois tipos de serviços são distintas. As auditorias podem ser conduzidas por vários objectivos:

- Financeiro
- Regularidade
- Conformidade
- Operacional
- Custo-benefício
- Sistemas
- Resultado do Programa
- Desempenho
- TI
- Fraude

As diferenças de objectivos e resultados em cada tipo de Auditoria devem ser descritas de forma abrangente. Além disso, deve-se enfatizar que a responsabilidade final de acompanhar e implementar os resultados das actividades de auditoria interna cabe à administração.

2.5 Limitações da Auditoria Externo

Primeiro, muitos dos números encontrados em qualquer conjunto de demonstrações financeiras não são mais que estimativas. Os auditores externos não possuem bolas de cristal confiáveis que lhes permitam prever o futuro. A incerteza inerente a essas estimativas elimina imediatamente a possibilidade de garantia absoluta. Os auditores independentes fornecem segurança razoável, mas não uma garantia absoluta de que as demonstrações financeiras são apresentadas de forma justa, pois não contêm distorções relevantes. Existem várias razões práticas para o motivo pelo qual o nível de garantia é limitado dessa maneira. Por exemplo, informando a quantia que será coletado de um grande grupo de contas a receber é simplesmente um palpite cuidadosamente considerado. Ninguém pode fornecer garantia absoluta sobre qualquer estimativa. (Hoyle & Skender, 2012:288)

“Em segundo lugar, as organizações muitas vezes participam de tantas transações durante um período (milhões para muitas grandes empresas) que a descoberta de todo problema ou problema em potencial durante uma Auditoria Externa é impossível. Geralmente, ao analisar a maioria dos saldos das contas, o auditor independente só tem tempo para testar uma amostra das entradas e ajustes. Sem examinar cada evento individual, a garantia absoluta não é possível. Mesmo com extrema vigilância, as distorções relevantes sempre podem ser perdidas se menos de 100% das transações forem testadas.” (Hoyle & Skender, 2012:288) Como os Contabilistas Públicos Certificados não podem auditar todas as transações de uma organização, e porque a detecção de engano de gerenciamento conclusivo e às vezes impossível, não é possível que os auditores independentes garantam que as demonstrações financeiras estão “corretas”. (Albrecht, Stice & Stice, 2008:195)

“Terceiro, um auditor independente visita uma empresa por algumas semanas ou meses a cada ano para realizar os procedimentos de teste. Funcionários da empresa que querem esconder problemas financeiros às vezes são bem-sucedidos na ocultação. Os auditores nunca podem ter certeza absoluta de que não foram vitimados por um elaborado esquema de camuflagem perpetrado pela administração. Assim, eles não estão confortáveis fornecendo garantia absoluta.” (Hoyle & Skender, 2012:288) “Durante bons tempos econômicos, os investidores e auditores externo tornam-se menos vigilantes e, assim, a oportunidade de manipular os números torna-se mais fácil.” (Atrill & McLaney, 2006:130)

“Em quarto lugar, tomadores de decisão informados devem entender que os auditores independentes só podem fornecer garantia razoável. Através de procedimentos de testes apropriados, o risco de distorção relevante é reduzido a um nível aceitavelmente baixo, mas não eliminado inteiramente pelas razões que foram nomeadas. Os investidores e credores precisam considerar essa limitação ao avaliar a saúde financeira e o bem-estar futuro de uma organização, conforme apresentado por meio de um conjunto de demonstrações financeiras. Embora o risco seja pequeno, suas decisões devem levar em consideração o nível de incerteza que está sempre presente.” (Hoyle & Skender, 2012:288-289)

Embora um relatório de auditoria não garanta exatidão, ele fornece uma garantia adicional de que as demonstrações financeiras não são enganosas, uma vez que foram examinadas por um profissional independente. Um relatório de Auditoria Externa é emitido por uma empresa independente de contabilistas públicos certificados que verifica se o conjunto de demonstrações

contábeis foram elaborado de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos. As empresas de contabilistas públicos certificados têm um incentivo econômico para realizar boas auditorias a fim de preservar sua reputação e evitar ações judiciais. (Albrecht, Stice & Stice, 2008:45.46).

2.6 Importância da Auditoria Externa

“Embora nem todos os registros da empresa devam ser auditados, as Auditorias Externa são necessárias para muitos propósitos. Por exemplo, um banqueiro não pode fazer um empréstimo sem receber primeiro demonstrações financeiras auditadas de um possível tomador de empréstimo.” (Albrecht, Stice & Stice, 2008:45) As Auditorias Externe são uma maneira de os bancos, investidores e outras partes interessadas entenderem como a organização é financeiramente adequada. Assim, se uma organização precisar pedir dinheiro emprestado a bancos ou tiver investidores, só poderá obter esses benefícios se incorrer nos custos da auditoria financeira. (Carpenter, 2012:682)

“Embora uma Auditoria Externa não possa alterar uma decisão de investimento passada, pode identificar áreas de operações de projeto que estão fora de sintonia com as expectativas, para que os problemas possam ser corrigidos antes que eles saiam do controle. Em segundo lugar, uma Auditoria Externa pode fornecer *feedback* sobre a precisão das estimativas originais para os fluxos de caixa do projeto. Auditorias Externa de pós-investimento fornecem à administração informações que podem ajudar a tomar melhores decisões de investimento de capital no futuro.” (Barfield, Raiborn & Kinney, 1994:631-632)

Depois que um projeto real é aceito e implementado, uma Pequenas e Médias Empresas pós-investimento deve ser realizada para comparar os resultados reais com os resultados esperados. A Auditoria Externa ajudará os gerentes a identificar e corrigir quaisquer problemas que possam existir, avaliar a precisão das estimativas usadas para a decisão de investimento original e ajudar a melhorar as previsões de futuros projetos de investimento. (Barfield, Raiborn & Kinney, 1994:633) “No entanto, as auditorias pós-investimento exigem consideração e cuidado. Eles devem ser feitos somente depois que os resultados do projeto se estabilizarem, porque a realização de auditorias muito cedo pode gerar *feedback* enganoso.” (Horngren, Datar & Rajan, 2012:756)

“Em uma Auditoria Externa de pós-investimento de um projeto real, as informações sobre os resultados reais do projeto são coletadas e comparadas com os resultados esperados. Esse processo fornece um recurso de *feedback* ou controle para as pessoas que enviaram e as que aprovaram as

informações originais do projeto.” (Barfield, Raiborn & Kinney, 1994:631) Uma Auditoria Externa pós-investimento fornece à gerência *feedback* sobre o desempenho de um projeto, para que o gerenciamento possa comparar os resultados reais aos custos e benefícios esperados no momento em que o projeto foi selecionado. Suponha que os resultados reais sejam muito menores do que o esperado. A gerência deve então investigar para determinar se esse resultado ocorreu porque as estimativas originais eram excessivamente otimistas ou devido a problemas de implementação. Qualquer uma dessas explicações é uma preocupação. “Estimativas otimistas podem resultar na aceitação de um projeto que deveria ter sido rejeitado. Para desencorajar estimativas otimistas, empresas como mantêm registros comparando os resultados reais com as estimativas feitas por gerentes individuais quando buscam aprovação para investimentos de capital. Auditorias Externa pós-investimento punem estimativas imprecisas e, portanto, desestimulam previsões irrealistas. Isso impede que os gerentes superestimem o projecto, as entradas de caixa e que aceitem projectos que nunca deveriam ter sido realizados. Problemas de implementação, como gerenciamento de projetos fraco, controle de qualidade deficiente ou marketing inadequado também são uma preocupação. As auditorias pós-investimento ajudam a alertar a gerência sênior sobre esses problemas, para que possam ser rapidamente corrigidos.” (Hornngren, Datar & Rajan, 2012:756)

“Com base na auditoria do projeto, deverão ser discutidas as falhas cometidas, de forma a possibilitar o aprendizado para que, em projetos futuros, essas falhas não voltem a ocorrer, e os envolvidos estejam mais capacitados.” (Vargas, 2003:248)

O relatório escrito do auditor independente é anexado às demonstrações financeiras para que todos leiam. Essa opinião de especialista é essencial para a integridade do processo de relato, porque diz aos tomadores de decisão se devem se sentir seguros confiando nas informações financeiras. Muitas empresas têm suas declarações auditadas por uma empresa independente para aumentar a credibilidade. Por exemplo, uma loja de conveniência que busca um empréstimo bancário pode pagar por uma auditoria na esperança de aumentar as chances de que o pedido seja aprovado (ou porque as autoridades bancárias exigiram a auditoria para a própria proteção do banco). (Hoyle & Skender, 2012:278) Não é de surpreender que as empresas que realizam auditorias independentes em suas demonstrações contábeis obtenham empréstimos com taxas de juros mais baixas do que as organizações comparáveis que não possuem tais exames. A auditoria e o relatório de auditoria relacionado servem para reduzir o risco de perda do credor. Assim, bancos e outras instituições

exigem uma taxa de juros menor para compensar seu risco de inadimplência. (Hoyle & Skender, 2012:278).

“Firmas de auditoria independentes fornecem credibilidade às demonstrações financeiras, examinando as evidências que fundamentam as informações fornecidas.” (Hoyle & Skender, 2012:283) Os números encontrados em um conjunto de demonstrações financeiras não aparecem por mágica. Por exemplo, se as contas a receber forem divulgadas em um balanço patrimonial como US \$ 12,7 milhões, uma razão legítima deve existir para informar. Ao preparar as declarações, os contabilistas da empresa devem documentar as etapas realizadas para chegar a cada saldo e o trabalho realizado para determinar o método apropriado de relatório. As declarações são a representação da empresa; assim, o ônus da prova recai sobre essa organização e seus funcionários. Os auditores independentes, em seguida, examinam as evidências disponíveis para determinar se a confiança na informação relatada deve ser aconselhada. (Hoyle & Skender, 2012:284-285)

Os procedimentos da Auditoria Externa são projectados para investigar e verificar as informações contabilística que a gerência coloca nos relatórios financeiros. Quando a auditoria é concluída, a firma de contabilidade emite uma opinião sobre a imparcialidade das demonstrações financeiras e não sobre o desempenho da empresa. As demonstrações financeiras devem fornecer aos investidores as informações necessárias para avaliar o desempenho da empresa e tomar boas decisões de investimento. A Auditoria Externa confere credibilidade às demonstrações financeiras apresentadas pelos gerentes da empresa, que podem estar motivados para sombrear a verdade. Muitas instituições financeiras também exigem demonstrações financeiras auditadas antes de emprestar dinheiro a uma entidade. (Mooney, 2008:49).

As conclusões da auditoria são frequentemente compartilhadas com a entidade auditada para validação e/ou discussão. Isso permite que o auditado seja informado sobre as constatações dos auditores internos e oferece a eles a oportunidade de tomar acções correctivas antes que a auditoria termine. Uma ficha informativa pode ser usada para compartilhar as constatações da auditoria o mais rápido possível com o auditado durante a auditoria (antes da reunião de encerramento e do relatório de auditoria). A ficha informativa deve incluir:

- *Crítérios* - o que o auditor esperava encontrar de acordo com os padrões ou critérios do departamento?
- *Condição* - o que o auditor observou durante seu trabalho?

- *Causa* - qual é a provável razão para um desvio entre critério e condição? Este é o resultado da pesquisa do auditor.
- *Efeito* - qual será a consequência se a situação continuar a existir? Esse é o impacto material visto pelo auditor?

3 CAPÍTULO III: AUDITORIA EXTERNA EM MOÇAMBIQUE

Neste capítulo, pretende-se elaborar em torno da Auditoria em Moçambique, apresentando e discutindo o panorama nacional referente aos serviços de auditoria, os aspectos legais, as entidades prestadoras de auditoria, as práticas e as limitações e as perspectivas para o desenvolvimento da Auditoria em Moçambique. Neste capítulo, também se vai abordar a questão das Pequenas e Médias Empresas (PMEs), procurando-se fazer um enquadramento sobre o contexto em que funcionam, o que poderá permitir compreender a sua relação com as práticas de Auditoria Externa.

3.1 Auditoria Externa em Moçambique

O Decreto 32/90, de 7 de dezembro, que teve efeitos a partir do exercício económico de 1992, no seu artigo 1º, estabeleceu a obrigatoriedade das empresas, especialmente as sociedades de capital aberto, apresentarem os respetivos balanços e demonstração dos resultados anuais certificados por um auditor independente e profissionalmente idóneo. (António, Serra & Rodrigues, 2018:4)

“O n.º 1 do artigo 77 da Lei n.º 15/99, de 1 de novembro, consolidada através da Lei n.º 9/2004 de 21 de julho, que regula o estabelecimento e exercício da actividade das instituições de crédito e das sociedades financeiras, determinou que a actividade das instituições de crédito e sociedades financeiras deve estar sujeita a Auditoria Externa, efetuada por uma empresa reconhecida em Moçambique, a qual deve comunicar ao Banco de Moçambique as infrações graves às normas legais e regulamentos relevantes para a supervisão, que detecte no exercício da sua actividade.” (António, Serra & Rodrigues, 2018:4)

“Por sua vez, o Código Comercial Moçambicano (CCM), aprovado pelo Decreto n.º 2/2005, de 27 de dezembro, obriga à existência de um auditor externo no conselho fiscal das sociedades comerciais. Este diploma estabelece, no artigo 154º, que “a fiscalização da sociedade compete a um conselho fiscal, composto por três ou cinco membros, podendo os estatutos determinarem a sua substituição por um fiscal único”. O n.º 5 do referido artigo acrescenta, ainda, que essa fiscalização pode ser feita por uma sociedade de auditoria independente.” (António, Serra & Rodrigues, 2018:4)

O n.º 2 do artigo 127º do Código Comercial Moçambicano (CCM) preconiza que a existência do conselho fiscal ou do fiscal único é obrigatória nas sociedades que se encontrem numa das

seguintes situações: Tenham dez ou mais sócios; emitam obrigações; e. Revistam a forma de sociedade anónima. (António, Serra & Rodrigues, 2018:4-5)

3.2 Pequenas e Médias Empresas em Moçambique e Auditoria Externa

De acordo com Kaufmann (2020), uma definição da Pequena e Média Empresa é feita de acordo com o nível do seu desenvolvimento e dos objectivos políticos para a facilitação das Pequena e Média Empresa nos limites de um dado país ou de uma dada economia nacional. De acordo com o autor, as empresas variam consideravelmente, tanto no tamanho como na estrutura, em função do nível de desenvolvimento de uma economia nacional. Internacionalmente, muitas vezes o tamanho duma empresa é definido com base no número dos trabalhadores ou das receitas, mas também pode ser baseado no capital aplicado ou do “market share” por exemplo.

Em Moçambique, ainda existem diferentes definições de tamanho de empresas. Por exemplo: O Instituto Nacional de Estatística (INE) considera uma pequena empresa aquela que emprega entre 1 e 9 trabalhadores e a média empresa aquela que emprega entre 10 e 99 trabalhadores.

O Estatuto Geral das Micro, Pequenas e Médias Empresas (Decreto n°44/2011, de 21 de Setembro) define Pequenas e Média Empresas (PME) em função de duas categorias essenciais, nomeadamente: Número de trabalhadores e Volume de Negócios anuais.

Assim, considera-se Microempresa quando possui entre 1 e 4 trabalhadores e um volume de negócios anual de até 1200 000 meticais. Já uma pequena empresa caracteriza-se por possuir entre 5 a 49 trabalhadores e um volume de negócios anual de 1200 000 a 14700 000 maticais. Por seu turno, uma média empresa deve possuir 50 a 99 trabalhadores e um volume anula de negócios que parte de 14 700 000 a 29. 900. 000 maticais.

Classificação	Número de trabalhadores	Volume de negócios (MZN)
Micro-empresa	1-4	<1,200,000.00
Pequena empresa	5-49	1,200,000.00 ≤14,700,000.00
Média empresa	50-100	14,700,000.00 ≤ 29,970,000.00

Tabela 1: Definição de PMEs. Fonte: Kaufman (2020)

Segundo Kaufman (2020), as Pequenas e Médias Empresas (PMEs) representam, em Moçambique, 98,7% do número total das empresas registadas no país¹. Segundo Kaufmann (2020), em termos de distribuição no contexto empresarial nacional 40% das empresas são de micro dimensão, 53% de pequena e 4% de média dimensão respetivamente. Contudo, como refere o Observatório, apesar de constituir um potencial grande para o crescimento da economia do país, as contribuições deste sector para o Produto Interno Bruto (PIB) contia aquém das expectativas, devido aos níveis de produtividade ainda baixos.

As microempresas correspondem a 79, %, as pequenas a 9,6% e as médias empresas 9,1% e volume de negócios 33,4 % (131.572 milhões). Os dados apresentados por Kaufmann indicam que, dentre as actividades mais representativas exercidas pelas PME's, destaca-se o sector do comércio a grosso e a retalho com 30.418 empresas (41,8%) do total do número de PME's, seguido de actividades de alojamento e restauração com 4.782 (6,6%), a indústria transformadora, com 3.503 (4,8 %), e as actividades de consultoria com 2.594 (3,6%).

A literatura sobre os constrangimentos das PME's apontam como principais os seguintes: Acesso a financiamento, tributação, dificuldades de gestão empresarial, qualificação de mão-de-obra, infraestruturas de desenvolvimento, o acesso a mercados, a obtenção de fundos e financiamento bancário, a falta de pagamento/atraso dos clientes, e os recursos da empresa (equipamento, transporte, electricidade e armazenagem).

Outra dimensão importante que envolve a PME's é a da tributação. Segundo Kaufmann (obra citada), através do Decreto 14/2009 foi introduzido o Imposto Simplificado Para os Pequenos Contribuintes (ISPC) com objectivo de alargar a base tributária e garantir adesão do micro e pequeno empresário ao sistema tributário. De acordo com o autor, 86% das empresas actuam na informalidade, sem efectuar o licenciamento das suas actividades.

O estudo "PME em Moçambique Desafios e Oportunidades" (2013) revela que a carga fiscal é considerada exagerada para as empresas recém-criadas e em crescimento. O nível elevado das taxas aplicadas para os impostos nacionais é um dos constrangimentos à capacidade de financiamento das empresas, pois as mesmas vêm-se privadas de recursos financeiros para suportarem novos investimentos. (ACIS 2012). O facto de haver uma parte importante das PME's

¹ 97.1%

a que não se aplica o ISPC coloca ainda maior relevância na procura de um quadro fiscal de incentivo que impulse o crescimento e fortalecimento das Pequenas e Médias Empresas (PME's) que não podem beneficiar daquele regime fiscal.

Outro grande desafio deste segmento de empresas é o facto de as empresas se ressentirem pelas dificuldades do governo em efectuar o pagamento do IVA dentro do prazo. Para além disso, aponta-se a existência de barreiras ao comércio com o exterior, seja na importação ou exportação em resultado da morosidade dos processos e elevados custos associados (burocracia, taxas alfandegárias e corrupção). Outro desafio do sistema tributário é a necessidade de pagamento sistemático. O estudo “Pagamento de Impostos em Moçambique¹” refere que as empresas têm de efectuar o pagamento de impostos e taxas 42 vezes durante o ano, implicando um elevadíssimo custo de transacção, salientado, igualmente serem complexos os procedimentos para o pagamento, os quais obrigam a que as empresas suportem custos elevados decorrentes maioritariamente do tempo necessário para se proceder ao pagamento. Este custo está associado à existência de um conjunto extenso de impostos, designadamente: Tributação Directa (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRPC), Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRPS) e Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes (ISPC); Tributação Indirecta (Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), Imposto sobre Consumos Específicos (ICE) e Direitos Aduaneiros) e outros Impostos (Imposto de Selo, Imposto sobre Sucessões e Doações, Imposto Especial sobre o Jogo e Imposto sobre Reconstrução Nacional); Impostos autárquicos (Sisa, Imposto Sobre Veículos, Imposto Predial Autárquico, Imposto Pessoal Autárquico, Contribuição de Melhorias, Taxas por Licenças e Taxas por Actividade Económica, e Tarifas por Taxas pela Prestação de serviços (taxa de lixo, reclames luminosos e outros).

Em função da classificação encontrada na literatura, a empresa objecto deste estudo caracteriza-se como uma pequena empresa.

4 CAPÍTULO IV: METODOLOGIA

Pode-se definir método como “caminho para se chegar a determinado fim. Um método científico é como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento” (Gil 2008, P.8). Markoni e Lakatos (2003) definem método como o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objectivo traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista. “Metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador” (Minayo, 2002, p.6). Com base nesta compreensão, neste capítulo, pretendemos apresentar as opções metodológicas que tomámos para a condução da pesquisa.

4.1 Classificação da pesquisa quanto à abordagem

Para esta trabalho, adoptou-se uma pesquisa qualitativa. Segundo Gerhardt e Silveira (2009: 31), a pesquisa qualitativa é aquela que não se preocupa com a representatividade dos números, mas em abordar aspectos ligados a um grupo social ou organização.

No modelo de investigação quantitativa, o investigador parte do conhecimento teórico existente ou de resultados empíricos anteriores, pelo que a teoria antecede o objecto de investigação; as hipóteses são derivadas da teoria e são formuladas com a maior independência possível em relação aos casos concretos que se estudam; estas hipóteses são operacionalizadas e testadas face a novas condições empíricas; os instrumentos de recolha de dados são predefinidos; idealmente, pretende-se construir uma amostra que seja representativa da população; os fenómenos observados são classificados em termos de frequência e distribuição; da análise de dados regressa-se às hipóteses procedendo-se à sua corroboração ou informação; um dos fins últimos consiste na generalização dos resultados para a população (Duarte, 2009, P.6)

Segundo Guerra (2014), na abordagem qualitativa o cientista procura aprofundar-se na compreensão dos fenómenos que estuda (acções dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente ou contexto social), interpretando-os segundo a perspectiva dos próprios sujeitos que participam da situação, sem se preocupar com representatividade numérica, generalizações estatísticas e relações lineares de causa e efeito.

Os dados desta pesquisa consistem nas percepções dos colaboradores da instituição tomada como caso de estudo. Portanto, é uma análise interpretativa; não foi utilizado nenhum método estatístico.

4.2 Classificação da pesquisa quanto à natureza

Para a presente trabalho, foi adoptada a pesquisa aplicada. Segundo Gerhardt e Silveira (2009: 35), a investigação aplicada tem por objectivo gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos, envolvendo verdades e interesses locais.

Esta pesquisa está orientada a gerar conhecimento aplicável para a transformação de práticas e percepções no contexto das Pequenas e Médias Empresas no que concerne ao exercício da Auditoria Externa.

4.3 Classificação da pesquisa quanto aos objectivos

Quanto aos objectivos, esta pesquisa é considerada exploratória. Segundo Gil, 2007 apud. Gerhardt e Silveira (2009: 35), a ela tem como finalidade proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Maior parte dessa investigação envolve: levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas ligadas ao problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão.

A realização deste trabalho consistiu, fundamentalmente, na leitura bibliográfico inerente ao tema de pesquisa, análise de exemplos relacionados com o tema, colecta de dados para a sua análise e entrevistas com o intuito de obter informação em torno do objecto de estudo.

4.4 Procedimento para recolha de dados

Quanto ao procedimento para operacionalização da pesquisa, recorreu-se a um estudo de caso, que, segundo Hussey e Hussey (1997: 66), são frequentemente descritos como trabalho exploratória, usado em áreas onde há poucas teorias ou pouca bagagem de conhecimento.

“A pesquisa de estudo de caso baseia-se na análise de um caso real e a sua relação com hipóteses, modelos e teorias existentes. É desenvolvida a partir do estudo profundo de uma realidade específica, que pode ser: uma instituição, comunidade, família, grupo reduzido de pessoas, um único indivíduo” (Ribas e da Fonseca 2008: 7).

O presente trabalho é um estudo de caso sobre o impacto das práticas de Auditoria Externa, com base no caso de uma empresa específica, a Atlantic Groung, Lda-Maputo. Optou-se por um estudo de caso dada a natureza do objecto de estudo, isto é, por se tratar de uma instituição, neste caso em particular, é uma empresa privada de prestação de serviços, de pequena dimensão.

4.5 O Caso de Estudo: Atlantic Groung, Lda-Maputo

A Atlantic Groung, Lda- Maputo é uma empresa nacional, que iniciou actividades a 10 de Outubro de 2017. A empresa dedica-se fundamentalmente ao negócio de procurment. A empresa funciona com 12 colaboradores efectivos e, sazonalmente, contrata para a prestação de serviços cerca de 10 colaboradores. Em termos de volume anual de negócios, a empresa atinge cerca de 50 000 000.

Em função dos critérios considerados em Moçambique para a classificação das empresas, nomeadamente o número de trabalhadores e o volume anual de negócios, a Atlantic Groung, Lda pode ser considerada uma pequena empresa.

4.6 A Recolha de dados

Quanto à colecta de dados, foram levantadas informações de documentos fornecidos pela empresa em estudo. No que tange às entrevistas, para a presente pesquisa optou-se por uma entrevista semi-estruturada.

Segundo Lakatos e Marconi (2003), a entrevista consiste no desenvolvimento de precisão, fidelidade e validade de certo acto social como a conversação. A vantagem da utilização dessa técnica segundo os autores é que ela pode ser utilizada com todos os segmentos da população; analfabetos ou alfabetizados e fornece uma amostragem muito melhor da população geral, ou seja, o entrevistado não precisa saber ler ou escrever.

Na entrevista semi-estruturada, de acordo com Gil (2008, p. 120), “o entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada”. Assim sendo, a entrevista semi-estruturada consiste em um modelo de entrevista flexível. Ou seja, ela possui um roteiro prévio, mas abre espaço para que o candidato e entrevistador façam perguntas fora do que havia sido planeado. Dessa forma, o diálogo se torna mais natural e dinâmico.

O Guião de entrevistas elaborado² continha dez (10) questões abertas, que davam ao entrevistado a possibilidade de fornecer as respostas conforme o seu fluxo de pensamento. As questões versavam sobre aspectos relativos às práticas de Auditoria Externa na empresa, a periodicidade, as vantagens e os desafios percebidos, as percepções sobre possibilidades de tornar a realização de auditorias um processo mais viável.

Neste total, foram entrevistados doze (12) participantes, entre eles membros do Conselho de Direcção da Empresa e simples colaboradores. As entrevistas foram enviadas por e-mail e deu-se aos entrevistados o período de duas semanas para responderem às entrevistas. Com apenas três excepções de entrevistas que foram submetidas tardiamente, a maioria das entrevistas respondeu de forma pontual. O método usado para escolha foi pesquisa exploratória.

Idade	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
15 a 19			
20 a 24	1		1
25 a 29	2	2	4
30 a 34	2	1	3
35 a 39		1	1
40 a 45	2		2
45 a 50	1		1
Total			12

Tabela 2 Descrição do perfil de informantes: Fonte: Elaborado pelo autor, com base no guião de entrevistas.

5 CAPÍTULO V: ANÁLISE DE DADOS

Esta capítulo da dissertação é referente à análise dos dados obtidos através dos questionários. A análise feita consistiu, fundamentalmente, na análise de conteúdo das respostas dadas pelos participantes da pesquisa. A interpretação dos dados cruza os posicionamentos dos participantes com a revisão de literatura que fundamenta este trabalho, buscando encontrar a confirmação do que os teóricos postulam ou padrões desviantes que nos possibilitem considerar o nosso caso de estudo como um padrão diferente. Em termos de estrutura, esta secção inicia com a explicitação dos procedimentos de análise adoptados, as categorias de análise e os critérios adoptados; na sequência, apresentamos os dados e as análises das respostas às questões do questionário que foram colocadas aos participantes da pesquisa.

5.1 As categorias de análise

Conforme Ludke e André (1986), analisar dados é trabalhar todo o material obtido durante a pesquisa, as respostas aos questionários, os relatos de observação, as transcrições de entrevista, a análises de documentos e as demais informações disponíveis. O trabalho de análise visa, fundamentalmente, tornar compreensíveis os dados gerados, responder às questões da pesquisa e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado.

As autoras indicam como primeiro passo na análise de dados a construção de um conjunto de categorias descritivas. Campos (2004) define categorias de análise como a operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento. A categorização pode ser feita quer a partir dos pressupostos teóricos da pesquisa, quer dos objectivos e das perguntas da pesquisa, ou, ainda, a partir dos dados colectados no contexto concreto da pesquisa, os quais, pela sua amplitude e complexidade, podem sugerir ou exigir novas categorias que dêem conta da complexidade das situações estudadas.

Com base nessa compreensão, definimos, para este trabalho, duas categorias, em função das perguntas de pesquisa que conduziram o presente trabalho, nomeadamente:

- O impacto da falta de Auditoria Externa nas Pequenas e Médias Empresas.

- Aspectos organizacionais ou estruturais condicionantes da realização de Auditoria Externa nas Pequenas e Médias Empresas.

A partir destas duas categorias, reagrupámos as questões do questionário em dois grupos:

Grupo I: Impacto da falta de Auditoria Externa das Pequenas e Médias Empresas:

- Para si qual é a função de uma Auditoria Externa?
- Qual tem sido o impacto das Auditorias Externa para as Pequenas e Médias Empresas?
- A empresa realiza Auditorias Externa?
- De que modo as Auditorias Externa são relevantes para a empresa?

No grupo de questões desta primeira categoria, pretendeu-se captar dos participantes da pesquisa as suas percepções sobre como é que a realização ou não de auditorias afecta a organização. Considera-se aqui, inicialmente, uma visão geral, para, depois, se captar as ideias sobre a empresa objecto de estudo. Esta disposição das questões teve como base a pretensão de se querer verificar se a opinião dos participantes é consistente quando se trata de organizações no geral e quando se trata da organização em que actuam ou se haverá alguma inconsistência.

Grupo II: Aspectos organizacionais ou estruturais condicionantes da realização de Auditorias Externa nas Pequenas e Médias Empresas:

- Existe nos planos da empresa previsão de realização de Auditorias Externa?
- Acha que deve haver uma lei específica para garantir que as empresas sejam auditadas?
- Se sim, como acha que que o Estado pode intervir para garantir que as empresas sejam Auditadas Externa?

Neste grupo de questões em torno da segunda categoria, pretendeu-se recolher informação que responda às questões sobre (i) Porque é que as Pequenas e Médias Empresas não realizam Auditorias Externa com frequência? (ii) De que natureza são os constrangimentos que enfrentam?

5.2 Impacto da falta de Auditoria Externa nas Pequenas e Médias Empresas: a perspectiva dos participantes da pesquisa

Esta secção da análise de dados corresponde à primeira categoria de análise, a qual se relaciona com a primeira questão da pesquisa que é “Que impacto a falta de Auditoria Externa tem nas

Pequenas e Médias Empresas. A análise, nesta secção, baseia-se substancialmente nas respostas dadas pelos participantes às seis questões da categoria I. Analisa-se apenas o conteúdo e se faz o cruzamento com a revisão bibliográfica, buscando verificar encontros e desvios.

Na primeira questão que colocámos aos participantes, procurávamos captar percepções os participantes possuem sobre a função de uma Auditoria Externa. No total de 12 de participantes, apenas um (01) não respondeu à questão. No geral, os participantes revelam compreensão sobre as funções e importância das Auditorias Externa. Das respostas, destacam-se duas perspectivas sobre a função das Auditorias Externa, nomeadamente:

- (i) A Auditoria Externa como mecanismo de verificação da conformidade dos processos de gestão da empresa.

Nesta perspectiva, os participantes consideram que a Auditoria Externa permite:

Prevenir fraudes e desvios que, muitas vezes, se verificam nas empresas e orientarem as empresas em boas práticas durante o exercício das suas funções como agentes económicos. P006

Prevenir, detectar e corrigir erros nos processos de gestão, dando orientações que ajudem a empresa a cumprir os procedimentos e princípios geralmente aceites... P004

Depreende-se daqui que os participantes associam a auditoria ao papel de prevenir a ocorrência de procedimentos incorrectos e prejudiciais à empresa. É importante destacar a ênfase que dão à dimensão preventiva em vez da correctiva, uma vez que, conforme a literatura, um dos factores inibidores para a realização de Auditorias Externa e a sua conotação com a investigação, detecção de problemas e punição.

- (ii) A Auditoria Externa como um mecanismo de observação dos parâmetros legais e credibilização da empresa nos mercados e no país.

Relativamente a esta perspectiva, os participantes consideram que:

A Auditoria Externa permite entender e melhorar os processos internos, o que garante que a empresa seja reconhecida como uma organização transparente e confiável. P002

A Auditoria Externa ajuda a prevenir desvios e distorções legais que se tem verificado vezes sem conta nas empresas moçambicanas o que inibe muitos investimentos para o país. P0015

As Auditorias Externa facilitam para a concessão de créditos em instituições financeiras e dão fiabilidade nas transações da entidade. P001

Elas fazem com que a empresa se mantenha nos parâmetros da lei e das normas estabelecidas. P0010

Outro aspecto que sobressaiu das respostas dos participantes e que tem uma expressão bastante significativa é a concepção de auditoria restrita aos processos contabilísticos (às demonstrações financeiras). Percebe-se na resposta de muitos informantes que a auditoria é um exercício meramente de verificação dos processos de conta. Esta visão parece-nos restrita, na medida em que limita a prática de auditoria às contas e não alarga aos procedimentos, organização, etc.

A segunda pergunta do questionário, foi sobre o impacto das auditorias nas empresas. Sobre isto, os depoimentos dos participantes sublinham, sobretudo, o efeito sobre os processos operacionais das empresas, garantindo que sejam mais organizados.

Apesar de nunca termos dito Auditorias Externa na nossa empresa, acredito que as Auditorias Externa têm, no final, um impacto positivo uma vez que servem de chamada de atenção às empresas com fragilidade operacional na execução das suas actividades. P002

Tem sido bom pois a auditoria mantém a empresa organizada, trazendo ao de cima procedimentos incorrectos para o acerto dos mesmos. P0015

Creio que, se tivéssemos auditorias, iriam impactar positivamente no que tange ao crescimento da empresa ou na própria saúde financeira, mas conforme disse, nunca tivemos auditorias na empresa. P006

Apesar de a empresa caso de estudo não realizar auditorias, os seus colaboradores reconhecem que a empresa seria positivamente afectada se fosse auditada. A Auditoria Externa, conforme os

informantes, teria impactos na forma como operam, dando-lhes feedback sobre a adequação dos procedimentos, bem como ajudar a verificar a conformidade das contas instituições e credibilizá-la no mercado.

A terceira questão do questionário correspondente a esta categoria refere-se à confiança que os informantes têm nas Auditorias Externa. Apesar de os participantes terem revelado que a empresa não realiza Auditorias Externa, julgámos relevante colocar a questão, perspectivando como percecionariam os resultados de uma auditoria se possivelmente for feita. Em resposta à questão, todos os informantes, o correspondente a 100%, afirmaram que confiam nos resultados das Auditorias Externa.

Confio na fiabilidade dos resultados das Auditorias Externa, embora a nossa entidade não seja auditada.

Confio, de forma geral, nos resultados das Auditorias Externa porque reflectem a imagem verdadeira e adequada da situação financeira da empresa.

A razão fundamental por que os informantes consideram que os resultados das auditorias Externa são confiáveis está relacionada com a crença de que reflectem a realidade da empresa, uma vez que são efectuadas por entidades não directamente ligadas aos processos administrativos.

Sim, confio porque o resultado das auditorias Externa porque ajudam a melhorar o trabalho contabilístico. P004

Creio que sim, a partir do momento que traz resultados que espelham a realidade da empresa. P015

Bom, quanto à fiabilidade dos resultados das auditorias Externa, segundo os dados que os auditores externos iriam fornecer aí iríamos avaliar os resultados. P002

Um aspecto sublinhado pelos informantes é o perfil dos profissionais de auditoria Externa, os quais se espera que sejam orientados pelo profissionalismo, ética e experiência na área.

Os resultados das auditorias Externa são fiáveis se estas tiverem sido preparadas por um auditor independente, com ética profissional e competente. P006

Ainda atendendo à primeira categoria, questionámos, também, aos informantes sobre qual acham que devia ser a frequência das auditorias Externa? E porquê? A formulação desta questão teve como base a constatação de que no âmbito Reforma do Sector Público em Moçambique orientase que as acções de auditoria interna deviam ser consolidadas e realizadas com regularidade (CIRES, 2001). No entanto, conforme a revisão de literatura, devido à escassez de recursos, por um lado, e à insuficiente compreensão dos efeitos da auditoria, muitas empresas de dimensão micro, média e pequena, tendencialmente adiam a realização de auditorias (António, Serra & Rodrigues, 2018).

Em resposta à questão, obtivemos dos informantes as seguintes declarações:

As entidades devem ser anualmente auditadas. As auditorias frequentes melhoram o sistema de controlo interno, minimizam os riscos dando recomendações para que se ponham em prática as boas práticas de gestão. P002

As frequências poderiam ser anuais, porque o exercício económico considera-se um ano e, nesse período, todos eventos de natureza comercial são executados. P006

As auditorias deviam ser efectuadas anualmente, para que as entidades estejam actualizadas quanto ao cumprimento das recomendações das auditorias e cumprimento das normas. P001

No geral, nota-se que os informantes consideram que o período de um ano seria o ideal para se realizar auditorias, pois assim garantia-se a credibilidade e reduzia-se a possibilidade de erros ou fraudes nas empresas, o que as pode conduzir à insustentabilidade e falência.

Em síntese, os dados referentes às questões da primeira categoria indicam que, apesar de a empresa que é nosso estudo de caso não realizar auditorias, os seus colaboradores compreendem que a realizar auditorias é um exercício importante para o aprimoramento dos processos operacionais e

credibilização da empresa; compreendem, igualmente que as auditorias teriam impacto bastante significativo na vida da empresa, ajudando-a a se organizar e profissionalizar.

5.3 Aspectos organizacionais ou estruturais condicionantes da realização de auditorias Externa nas Pequenas e Médias Empresas

De acordo com Moura, Lopes, Barbosa (s/d) citados por Come (2018, p.3), há inúmeras razões que configuram a auditoria como necessária, principalmente quando se aborda o sistema de forma integrada, preservando a organização contra riscos e fraudes, em todos os processos. Estes autores consideram ainda que a auditoria interna agrega valor ao resultado da organização, apresenta um aperfeiçoamento nos processos da gestão e do controle interno, por meio de recomendações e soluções.

No entanto, de acordo com diversos autores, as empresas enfrentam muitos desafios para realizar auditorias, apesar de as reconhecerem como importantes, à semelhança do que foi constatado através dos depoimentos dos participantes.

Com efeito, nesta segunda categoria, procuramos compreender que desafios a empresa objecto de estudo enfrenta para a realização de auditorias e como se perspectiva ultrapassá-los. Para esta categoria, foram colocadas quatro perguntas aos participantes.

Questionou-se, em primeiro lugar, se existe nos planos da empresa previsão de realização de auditorias? Verificou-se duas tendências de respostas. Por um lado, os respondentes que exercem cargos de chefia afirmam que há perspectivas de realizar auditorias, sendo o factor financeiro o maior entrave. No entanto, por outro lado, parte significativa dos informantes considerou não haver sinais de que se realizem auditorias.

Não. Uma vez que nunca se realizou auditoria na empresa, a alta administração nunca cogitou a realização de algum plano de auditoria, apesar de reconhecer a relevância. P0015

Não existe, porque, conforme disse no início nunca fizemos auditoria na empresa. P003

A realização de uma auditoria acarreta custos. As entidades, principalmente comerciais, minimizam custos, dado que a realização destes e de mera necessidade. P006

Em face da falta de auditorias, não obstante o reconhecimento que se possui sobre a sua importância para a garantia da estabilidade das empresas e, por consequência, o seu contributo para a economia nacional, perguntámos aos informantes se achavam que devia haver intervenção do Estado para garantir que as empresas sejam auditadas. Esta questão teve como pano de fundo o facto de existir legislação bastante em Moçambique sobre o assunto, mas que, no entanto, apenas afirma a importância da auditoria, sem estabelecer obrigatoriedade de sua realização, o que dá espaço para que as empresas também afirmem a necessidade de auditorias, mas não as praticam.

Penso eu que o papel das instituições do Estado em relação à auditoria das empresas deve ser claro, conforme as suas competências para poder dinamizar a própria auditoria. P004

O Estado deve servir de vector para catalisar o desenvolvimento na prestação de informação fiscal credível aos resultados de exercício. P002

Das respostas acima depreende-se que, no geral, os participantes da pesquisa consideram que o Estado devia ter uma intervenção maior no processo. Compreende-se que o papel do Estado devia ir para além incentivador e legislador e assumir uma postura mais fiscalizadora para garantir que as empresas cumprem rotinas de realização de auditorias.

O Estado deveria estabelecer um limite máximo de 2 ou 3 anos para que as empresas realizem auditorias. P015

Em relação à auditoria das empresas, o Estado deve tomar um papel de encorajar e incentivar esta prática de modo que as empresas cumpram o seu papel na sociedade e perante o Estado, uma vez que as empresas são a vida de um país e devem impulsionar de forma adequada a economia do país. P006

As instituições do Estado devem motivar a prática de auditorias nas empresas, por forma a disciplinar tanto os funcionários quanto os empresários a serem transparentes no exercício das suas funções. É nossa opinião, também, que em todas as empresas deve se ter a cultura de práticas de auditorias, pois contribui para a educação da nossa sociedade vê esta actividade como prática quotidiana nas nossas empresas. P003

Sobre os mecanismos concretos que deviam ser adoptados pelo Estado, poucos informantes responderam à questão (cerca de 40%). Os respondentes sugeriram, nomeadamente:

Deve haver um cadastro das empresas e estas serem obrigadas a apresentar as suas contas periodicamente. P007

Julgo que o Estado deve criar uma instituição para fazer a inspeção das empresas. P002

O Estado deve encorajar as auditorias a tomarem o seu papel de parceiros do Estado na boa conduta e em pautar pelas boas condutas éticas na sua actuação e cumprimento das obrigações do Estado. P002

Em síntese, os dados referentes à segunda categoria indicam que a empresa objecto deste estudo de causa, para além de não realizar auditorias, não parece perspectivar, nos seus programas de crescimento, planos de realização de auditorias. Este dado contradiz com o reconhecimento que os gestores da empresa têm em relação à importância das auditorias. Provavelmente o problema tenha a ver com o facto de as auditorias não possuírem carácter obrigatório ao abrigo das leis do Estado moçambicano. No entanto, sobre o papel do Estado, os dados indicam que os participantes consideram que deve ser de incentivar, fiscalizar e adoptar mecanismos para a realização periódica das auditorias, tendo em conta que o funcionamento das empresas afecta o funcionamento do Estado no Geral.

5.4 Discussão de resultados

O primeiro objectivo específico da presente pesquisa foi “Identificar o papel da Auditoria Externa nas instituições”. Os dados dos questionários aos participantes revelam que os participantes da pesquisa consideram a Auditoria Externa fundamentalmente como um mecanismo de (i) a auditoria como mecanismo de verificação da conformidade dos processos de gestão da empresa e (ii) a auditoria como um mecanismo de observação dos parâmetros legais e credibilização da empresa nos mercados e no país.

As concepções sobre o papel da Auditoria Externa que sobressaem das respostas dos informantes ao questionário correspondem às concepções dominantes na literatura sobre o tópico. Dutra et *all* (2017) citados por Comé (2018, p3) definiram a auditoria interna como instrumento de gestão e fiscalização cujas observações são e essenciais na procura de uma adequada gestão de recursos. Também o estudo de Comé (2018), que investigou o Papel da Auditoria Interna na Gestão das Organizações Públicas tomando como caso de estudo o Fundo de Energia, confirmou a perspectiva de que a Auditoria é compreendida como tendo o papel de identificar erros de procedimentos contabilísticos e financeiros e orientar a sua correção; possibilita, igualmente, verificar o grau de execução das actividades e o cumprimento das recomendações decorrentes de trabalhos de auditoria interna e externa ajudando na correcção de problemas de carácter organizacional, e operacional.

No entanto, tal como também se observa na literatura, sobressai das respostas dos participantes a concepção de auditoria restrita aos processos contabilísticos (às demonstrações financeiras). Percebe-se na resposta de muitos informantes que a auditoria é um exercício meramente de verificação dos processos de conta. Esta percepção pode dever-se, provavelmente, quer às origens do termo e desenvolvimento da prática, quer ao perfil dos profissionais envolvidos e o foco em que recai a análise dos dados de uma auditoria. Auditoria é um termo geralmente referindo-se a uma auditoria financeira, que é um conjunto de procedimentos realizados por contadores de uma firma de contabilidade pública certificada (CPA). (Mooney, 2008:49). A definição de Hanson (apud LOPES SÁ, 1993, p. 20) também conceitua a auditoria como o exame de todas as anotações contábeis, a fim de comprovar sua exactidão, assim como a veracidade dos estados ou situações que as ditas anotações produzem.

Se, por um lado, estes dados revelam que os participantes da pesquisa, funcionários da empresa objecto de estudo, compreendem o papel da Auditoria e a consideram como uma prática importante para a organização, por outro lado, indicam haver necessidade de essa percepção ser alargada para além das questões contabilísticas. Pensamos que esse alargamento na compreensão do papel da Auditoria pode impulsionar a empresa a realizar exercícios de Auditoria, pois se compreende que não se trata apenas de fiscalizar contas, inventariar problemas, mas, essencialmente, garantir que a empresa funciona adequadamente, há coerência entre os seus procedimentos e as obrigações do contexto e sector em que funciona. Isto pode ter efeitos positivos no desenvolvimento da empresa.

Sobre o impacto das Auditorias, que corresponde ao objectivo geral da pesquisa, os dados recolhidos através do questionário aos participantes indicam que eles sublinham, sobretudo, o efeito sobre os processos operacionais das empresas, garantindo que sejam mais organizados. Embora a empresa Atlantic Group, Lda não tenha a prática de realizar auditorias, conforme os informantes, o exercício teria impactos na forma como operam, dando-lhes feedback sobre a adequação dos procedimentos, bem como ajudar a verificar a conformidade das contas institucionais e credibilizar a empresa no mercado.

Dutra et al. (2017) citado por Comé (2018, p.5) explica que muitas organizações são prejudicadas por problemas de desvios, erros e fraudes, que são denominados de corrupção, procedimento este que está relacionado com a falta de controle adequado sobre um determinado processo, implicando em um conjunto de actos que provocam a utilização indevida do processo e dos recursos pertencentes à empresa, seja para benefício próprio ou de terceiros. Neste contexto, pensamos que uma empresa que não realiza auditorias, como é o caso da Atlantic Group, Lda pode não ter conhecimento suficiente sobre os principais “nós de estrangulamento” no processo do seu desenvolvimento, o que pode afectar as suas possibilidades de mobilizar capitais e parcerias relevantes no âmbito em que actua.

Portanto, os dados recolhidos dos questionários aos participantes, corroborados pela literatura, orientam para a necessidade de a Atlantic Group, Lda como uma pequena empresa, realizar auditorias periódicas como forma de aumentar a sua credibilidade e reduzir a possibilidade de erros ou fraudes.

Outro dado relevante que sobressai da pesquisa é sobre o papel do Estado na criação de mecanismos para tornar as auditorias uma prática comum nas empresas, sobretudo as de pequena escala, como a Atlantic Group, Lda. No geral, os participantes da pesquisa consideram que o Estado devia ter uma intervenção maior no processo. Compreende-se que o papel do Estado devia ir para além incentivador e legislador e assumir uma postura mais fiscalizadora para garantir que as empresas cumpram rotinas de realização de auditorias. Os dados indicam que os participantes consideram que o Estado deve incentivar, fiscalizar e adoptar mecanismos para a realização periódica das auditorias, tendo em conta que o funcionamento das empresas afecta o funcionamento do Estado no Geral.

Existe vasta literatura que aborda o papel do Estado no estabelecimento de ambientes favoráveis às práticas de auditoria, regulação e ainda fiscalização. Inácio (2014, p.32) dá ênfase à necessidade de os órgãos do Estado estarem atentos aos mecanismos de controlo que são implementados de forma a garantir fiabilidade e transparência da informação, devendo verificar se a gestão cumpre as suas responsabilidades de estabelecimento e manutenção de um sistema de controlo interno adequado nas instituições. Tem-se em conta que o funcionamento das empresas, independentemente da sua dimensão, interessa ao Estado no geral, uma vez que o seu desempenho afecta a economia do país. No caso moçambicano, considerando o contributo das PMEs no quadro geral da economia, justifica-se que o Estado assuma uma postura mais proactiva tendo em vista que as empresas sejam eficazes nos seus procedimentos e prestem informação credível. O Instituto para a Promoção das Pequenas e Médias Empresas poderia atender a essa função alargando as suas atribuições.

No geral, os dados desta pesquisa, cruzados com a literatura, infirmam a primeira hipótese do estudo, nomeadamente de “as pequenas e médias empresas não realizam Auditorias periódicas devido aos custos inerentes à actividade”. De facto, os depoimentos dos participantes indicam que na empresa, no geral, compreende-se a importância do papel da Auditoria e os efeitos da sua realização ou não. Sendo assim, constrangimentos de natureza financeira, associados à inexistência de obrigatoriedade legal, sobressaem como sendo factores determinantes para a falta de realização de auditorias.

6 CAPÍTULO VI: CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E LIMITAÇÕES

Nesta secção do trabalho, apresentamos as principais conclusões da pesquisa e, na sequência, algumas recomendações que acreditamos que possam subsidiar a empresa Atantic Groung, Lda, caso de estudo, como também outras empresas de dimensão pequena e média. No fim, apresentamos as limitações do estudo.

6.1 Conclusões

Este trabalho investigou as concepções e práticas de Auditoria Externa nas Pequenas e Médias Empresas em Moçambique, tomando como caso de estudo a Atlantic Group, Lda, uma Pequenas e Médias Empresas que actua no ramo de procurement. O problema fundamental da pesquisa decorreu da observação (confirmada por diversa literatura) de que, no país, muitas Pequenas e Médias Empresas, micro e média dimensão não realizam Auditorias Externa, um exercício largamente reconhecido como fundamental para os processos de gestão e organização das empresas. A ausência de actividades de Auditoria Externa nas empresas verifica-se apesar de haver, como refere come (2018), diversos instrumentos legais que a recomendam. Partindo desses pressupostos, questionou-se que impactos a falta de Auditoria Externa tem no desenvolvimento das Pequenas e Médias Empresas (PMEs)? Para responder à questão, formulou-se duas hipóteses, nomeadamente, que (i) A falta de legislação que obriga a Auditoria Externa nas Pequena e Média Empresas não tem impacto nenhum, (ii) As Pequenas e Médias Empresas não realizam Auditorias Externa periódicas por falta de recursos financeiros.

O estudo pretendeu, de forma geral, analisar o impacto da falta de Auditoria Externa nas Pequenas e Médias Empresas, tomando como caso de estudo a empresa Atlantic Group, Lda. Como objectivos específicos, pretendeu-se, designadamente, (i) identificar o papel da Auditoria Externa nas instituições; (ii) descrever o perfil empresarial das Pequenas e Médias Empresas em Moçambique; (iii) reflectir sobre as consequências da falta de Auditorias Externa nas Empresas Médias e Pequenas.

Para a concretização dos objectivos, seguiu-se uma abordagem de pesquisa qualitativa, aplicada, exploratória e em forma de estudo de caso. A recolha de dados foi feita através de questionários semiabertos aplicados a 12 funcionários, entre gestores e simples colaboradores. Para a análise de dados foram definidas, com base nos objectivos da pesquisa, duas categorias, quais sejam: (i) O impacto da falta de auditoria externa nas pequenas e médias empresas e (ii) Aspectos organizacionais ou estruturais condicionantes da realização de auditorias externa nas pequenas e médias empresas.

Os principais resultados da pesquisa indicam que:

- No geral, os participantes revelam compreensão sobre as funções e importância das auditorias externa. Eles compreendem-na quer como mecanismo de verificação da conformidade dos processos de gestão da empresa quer como um mecanismo de observação dos parâmetros legais e credibilização da empresa nos mercados e no país. Também sobressaiu das respostas dos participantes a concepção de auditoria externa restrita aos processos contabilísticos (às demonstrações financeiras).
- Apesar de a empresa estudada não realizar auditorias externa, os participantes compreendem que as Auditorias Externa têm efeito sobre os processos operacionais das empresas, garantindo que sejam mais organizados. Entendem que elas dão feedback sobre a adequação dos procedimentos, bem como ajudam a verificar a conformidade das contas das instituições e credibilizá-las no mercado.
- O nível de confiança nos resultados das auditorias externa é bastante alto entre os respondentes do questionário, dada a crença de que reflectem a realidade da empresa, uma vez que são efectuadas por entidades não directamente ligadas aos processos administrativos, ou seja, auditores independentes/ externo. Os informantes acreditam, também, que as Auditorias Externas às empresas deviam ser realizadas numa base anual, pois assim garante-se a credibilidade e reduz-se a possibilidade de erros ou fraudes nas empresas, o que pode conduzi-las à insustentabilidade e falência.
- A Atlantic Group, Lda, empresa caso de estudo, não realiza auditorias externa, devido, conforme depoimentos dos entrevistados, aos custos inerentes à actividade. Embora, se tenha notado contradições nas respostas dos respondentes do questionário, conclui-se que a empresa não possui perspectivas ou planos para a realização de auditorias externa no período de médio e longo prazo.
- A falta de obrigatoriedade para a realização de auditorias é apontada pelos informantes como uma das causas por que as Pequenas e Médias Empresas (PME's) não incluem a realização de auditorias externs nos seus planos. Com efeito, os informantes consideram que o Estado moçambicano deverá ter uma intervenção mais incisiva neste âmbito, reforçando os mecanismos de incentivo e fiscalização das empresas, de modo a garantir que funcionem com níveis de organização empresarial controlados e prestem informações credíveis aos Estado, enquanto maior interessado e afectado pelos níveis de funcionamento das empresas, independentemente da sua dimensão.

- O estudo concluiu, igualmente, que a falta de realização de Auditorias Externas nas Pequenas e Médias Empresas (PMEs) pode ser um dos factores que justificam os ainda baixos níveis de contribuição destes segmentos para a balança comercial e económica do país. Portanto, para além de afectar o alcance de níveis operacionais de excelência nas Pequenas e Médias Empresas PMEs, o que tem efeitos na diminuição das possibilidades de crescimento, as faltas de Auditorias Externa têm impacto no ambiente de negócios do país e na economia, no geral.

6.2 Recomendações

- Considerando que o processo de auditoria externa realizada contribui para a transparência e prestação de contas na gestão dos fundos, conforme o Decreto N°23/2004, de 20 de Agosto, que define os procedimentos e princípios éticos para a realização de auditorias nas instituições públicas, a nossa pesquisa indica como relevante que a Atlantic Groung, Lda-Maputo integre na sua estratégia de gestão e desenvolvimento planos periódicos de realização de auditorias, que podem ser asseguradas quer através da contratação dos serviços a entidades externas devidamente prestigiadas, como, também, através de um departamento interno que deve ser instalado para esse propósito, numa perspectiva a médio e longo prazos.
- Tendo como referência a perspectiva de The Institute of Internal Auditors - IIA (2004) citado por Teixeira (2006), segundo a qual a auditoria interna deve contribuir para reduzir os riscos associados ao exercício das actividades dos gestores num ambiente de competitividade, esta pesquisa considera que, num contexto em que a empresa Atlantic Groung, Lda-Maputo, pela sua dimensão e capacidade de contratação de serviços ainda incipientes, não pode ainda avançar para a realização de auditorias externa periódicas e regulares, deve desenvolver mecanismos administrativos e de gestão que façam, alternativamente, o papel que seria executado por um auditor externo. Esses mecanismos garantiriam que os processos de gestão administrativa e financeira da empresa não estivessem excessivamente dependentes dos gestores de topo, tal como se de uma empresa unipessoal se tratasse.
- A partir da abordagem de Viera e Costa (2016), segundo a qual o objectivo da auditoria interna variam de acordo com os seus objectivos de avaliação, a pesquisa constatou e recomenda que

a empresa promova sessões de capacitação ou *team-building* com o objectivo de tornar os colaboradores mais conscientes sobre o papel e o impacto da auditoria interna na empresa. Isto permitirá que se ultrapasse a opinião de pouca crença ou desconfiança que se notou em relação à auditoria. Os colaboradores deverão perceber que a auditoria, conforme os mesmos autores, pode ser feita também com o objectivo de verificar a conformidade dos procedimentos com as diretrizes da própria empresa, bem como identificar inconformidades, as suas causas e propostas de sua resolução, o que tanto beneficia os colaboradores como a empresa no geral, prevenindo-a de erros ou omissões, que podem resultar em multas, processos judiciais e, em casos extremos, a insolvência.

- A pesquisa recomenda, igualmente, com base nos dados recolhidos na empresa e através da revisão bibliográfica, que quer as autoridades das Finanças do Estado, Inspecção do trabalho, quer as empresas prestadoras de serviços de auditorias, encontrem mecanismos mais flexíveis de apoio às pequenas e médias empresas para poderem desenvolver capacidade de realização de auditorias. Esta recomendação tem como pressuposto que, conforme demonstra a literatura, se ultrapasse uma abordagem fiscalizadora-punitiva e se adopte uma abordagem instrutiva, de *lift-up*, considerando que as pequenas e médias empresa representam, em Moçambique, um sector bastante significativo e importante, responsável pela empregabilidade de muita mão-de-obra e oferta de serviços importantes para a economia do país.
- Uma das possibilidades decorrentes da auditoria é a credibilização das contas da empresa ou sociedade, permitindo, por exemplo, o acesso a financiamentos, a atracção de investimentos, concursos de prestação de serviços a empresas mais cotadas. No caso da empresa que é objecto deste estudo, pela natureza das actividades que presta, poderia beneficiar-se das auditorias para credibilizar os seus procedimentos e, assim, ampliar a sua carteira de negócios.

6.3 Limitações do estudo

A realização deste estudo foi afectada por três principais factores, nomeadamente a impossibilidade de realizar uma investigação com mais casos de estudo, devido, principalmente, ao factor tempo que devia ser dentro do tempo regulamentar do curso. Acreditamos que o envolvimento de mais empresas possibilitaria uma perspectiva comparativa, que permitiria uma maior generalização das conclusões. (ii) dificuldades de acesso aos informantes e à informação, o que condicionou que os

dados fossem recolhidos apenas através de questionários, sem a possibilidade de entrevistas e acesso a documentos da empresa objecto de estudo. Pensamos que a combinação de métodos e um maior acesso à informação teriam permitido recolher um volume maior de dados, o que teria efeitos na maior credibilização do estudo; (iii) escassez de literatura local sobre práticas de auditoria externa, no geral, e auditorias externa nas Pequenas e Médias Empresas (PMEs) em particular. Este factor influenciou sobremaneira, quer na duração da pesquisa, quer na robustez da revisão da literatura.

Contudo, por a pesquisa se classificar como exploratória, acreditamos que os dados recolhidos e as conclusões a que se chegou poderão constituir subsídios relevantes para a realização de trabalhos futuros, minimizando, deste modo, a escassez de literatura que afectou esta pesquisa.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Albrecht, W., Stice, E. & Stice, J. (2008). Financial Accounting. South-Western: Cengage Learning
2. António, V., Serra, S. & Rodrigues, M. (2018). Impacto da adoção das Normas Internacionais de Auditoria em Moçambique: Perceção dos auditores. Extraído de https://www.occ.pt/dtrab/trabalhos/xviicica/finais_site/241.pdf aos 18/06/2018
3. Atrill, P. & McLaney, E. (2006). ACCOUNTING AND FINANCE for Non-Specialists (5^a Ed.). England: Pearson Education Limited
4. Barfield, J., Raiborn, C. & Kinney, M. (1994). Cost Accounting – Traditions and Innovations (4^a ed.). South Western: Thomson Learning
5. Benedicto, S., Benedicto, G., Stieg, C. & Andrade, G. (2012). Postura Metodológica Indutiva e Dedutiva na Produção Científica dos Estudos em Administração e Organizações: Uma Análise e Suas Limitações e Possibilidades. Extraído de <http://periodicos.pucminas.br/index.php/economiaegestao/article/view/P.1984-6606.2012v12n30p4> aos 12/06/2018
6. Bruni, A. & Gomes, S. (2010). Controladoria Empresarial - conceitos, ferramentas e desafios. Salvador: EDUFBA
7. Carpenter, M. (2012). Management Principles (v. 1.0). Extraído de <https://2012books.lardbucket.org/pdfs/management-principles-v1.0.pdf> aos 29/05/2018
8. Carpenter, M. (2012). Management Principles (v. 1.1). Extraído de <https://2012books.lardbucket.org/pdfs/management-principles-v1.1.pdf> aos 29/05/2018
9. Chiavenato, I. (2003). Introdução à Teoria Geral da Administração (7^a ed.). Rio de Janeiro: Elsevier
10. Collins, K. (2012). An Introduction to Business (v. 1.0). Extraído de <https://2012books.lardbucket.org/pdfs/an-introduction-to-business-v1.0.pdf> aos 28/05/2012

11. Come, V.L.M (2018). O Papel da Auditoria Interna na Gestão das Organizações Públicas: O Caso do Fundo de Energia (2012 - 2017). Dissertação de Mestrado Universidade Eduardo Mondlane. Disponível em: <http://www.repositorio.uem.mz/handle/258/240> Acesso em 26.11.2023.
12. Comunidade de Prática de Auditoria Interna (2012). Manual de boas práticas de auditoria interna: Europa e Ásia Central. PEMPAL. Disponível em: [Pempal-Good-Practice-1-1-2_revisado-.pdf \(conaci.org.br\)](#) Acesso em 13.02.2024.
13. Cruz, F. (2012). Auditoria e controladoria. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC
14. Cumbe, L. L. (2016). Impacto da Auditoria Externa na Gestão dos Fundos Públicos: Estudo de caso do Fundo Comum do INE de Moçambique. Dissertação de Mestrado. Contabilidade e Auditoria. Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro.
15. Dinis, M. (2015). Contribuições ao Ensino do Método Hipotético-dedutivo a Estudantes de Geografia. Extraído de https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/download/12995/pdf_aos_13/6/2018
16. Heagney, J. (2011). *Fundamentals of project management* (4^a ed.). United States of America: American Management Association
17. Heisinger, K. & Hoyle, J. (2012). *Accounting for Managers* (v. 1.0.). Extraído de <https://2012books.lardbucket.org/pdfs/accounting-for-managers.pdf> aos 28/05/2018
18. Horngren, C., Datar, S. & Rajan, M. (2012). *Cost Accounting – A Managerial Emphasis* (14^a ed.). New Jersey: Pearson Education, Inc
19. Hoyle, J. & Skender, C. (2012). *Business Accounting* - v. 2.0. Extraído de <https://2012books.lardbucket.org/pdfs/business-accounting.pdf> aos 25/05/2018
20. Jardim, J. (1990). Itens do projeto de pesquisa. Extraído de <http://meiradarocha.jor.br/news/tcc/itens-do-projeto-de-pesquisa/> aos 14/6/2018

21. Lakatos, E. & Marconi, M. (2003). Fundamentos de metodologia científica (5ª ed.). São Paulo: Atlas 2003.
22. Mooney, K. (2008). Essential accounting dictionary (1ª ed.). Canada: Library of Congress Cataloging-in-Publication Data
23. Mucheca, E. (2014). Dissertação de Mestrado: ANÁLISE COMPARATIVA DE MODELOS DE GOVERNAÇÃO CORPORATIVA NO SECTOR BANCÁRIO MOÇAMBICANO: OS CASOS DOS 3 MAIORES BANCOS. UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE: FACULDADE DE ECONOMIA. Extraído de <http://www.repositorio.uem.mz/bitstream/123456789/120/1/2014%20-%20Mucheca%2C%20Elisa%20Vicente.pdf> aos 25/05/2018
24. Needles, B., Powers, M. & Crosson, S. (2011). Principles of Accounting (17ª ed.). South-Western: Cengage Learning
25. Rai Technology University. Principles of Administrative Theory
26. Ramal, A. (2011). Administração: módulo 3 (2ª ed.). Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho
27. Ramal, A. (2011). Administração, Secretariado, Comércio: Módulo 1 (2ª ed.). Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho
28. Ramal, A. (2011). Administração: módulo 2 (2ª ed.). Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho
29. Souza, W. (2016). POR QUE REALIZAR AUDITORIA NAS EMPRESAS? Extraído de <http://blog.acelerato.com/artigo/por-que-realizar-auditoria-nas-empresas/> aos 14/05/2018
30. Vargas, R. (2003). Gerenciamento de Projetos: Estabelecendo Diferenciais Competitivas (7ª ed.). Rio de Janeiro: Brasport
31. ProTasker (2011-2012). 10 Internal Tasks to Growing Your Business. [Online]. Disponível no site: <http://www.protasker.com/r/project-management-resources/general/10-internal-tasks-to-growing-your-business> [Acedido em 05/03/2021]

32. Observatório Internacional SEBRAE: conhecimentos que geram oportunidades.
Disponível em: [Pequenas e Médias Empresas em Moçambique - Pesquisa Google](#)

APÊNDICE 1

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

PARTE I – DADOS DO PARTICIPANTE

- Código do participante:
- Função na instituição
- Tempo de serviço
- Género
- Idade

Caro participante, este instrumento visa a recolha de dados no contexto da produção de uma dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Auditoria, na Escola de Altos Estudos em Negócios, da Universidade Politécnica de Moçambique. O trabalho de pesquisa intitula-se IMPACTO DA FALTA DE AUDITORIA NAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS: o caso de Atlantic Groung, Lda-MAPUTO. A pesquisa procura analisar porque é que esse seguimento de empresas não realiza auditorias e reflectir sobre os resultados decorrentes da falta de auditorias. A sua colaboração na disponibilização de informação relevante é fundamental para a concretização dos objectivos do trabalho. O pesquisador agradece a sua colaboração e garante confidencialidade, ética e uso das informações exclusivamente para os devidos fins.

PARTE II – QUESTÕES/TÓPICOS DDE ENTREVISTA

1. A empresa realiza auditorias?
2. De quanto em quanto tempo a empresa é auditada?
3. As auditorias são regulares?
4. Em que contextos a empresa é auditada?
5. Acha as auditorias relevantes para a empresa?
6. Qual tem sido o impacto das auditorias realizadas na empresa?
7. Quais têm sido os critérios para a contratação da auditoria?
8. Confia na fiabilidade dos resultados das auditorias?
9. Qual é a sua opinião sobre a importância de as empresas serem auditadas?

10. Qual pensa que deve ser o papel das instituições do Estado em relação à auditoria das empresas?

Dados/documentos adicionais:

- Algumas tabelas ou matrizes técnicas.

8 AGRADECIMENTOS, GARANTIAS DE SEGURANÇA, CONFIDENCIALIDADE E RETORNO

FIM